



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 761 - DE 12 A 25 DE ABRIL DE 2026 - R\$ 5,00



As manobras dos Estados Unidos em busca da quebra da resistência do Irã

Todo apoio à resistência do Irã!

O caminho para derrotar o imperialismo é o da organização e mobilização das massas oprimidas

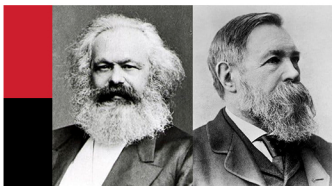
CONSTITUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA



Abaixo a farsa sionista do antissemitismo!

Pelo fim do genocídio do povo palestino!

POR UMA REPÚBLICA SOCIALISTA DA PALESTINA



► **Assimilando o socialismo científico**
Materialismo histórico

As manobras dos Estados Unidos em busca da quebra da resistência do Irã

Todo apoio à resistência do Irã!

O caminho para derrotar o imperialismo é o da organização e mobilização das massas oprimidas

Em 24 de março, Trump divulgou 15 pontos de um plano para cessar-fogo e estabelecer uma trégua. As condições para tal acordo consistiam em capitulação do Irã. Basicamente, o programa nuclear seria eliminado, o estoque de urânio enriquecido entregue aos Estados Unidos, especialistas norte-americanos passariam a controlar o desenvolvimento da energia nuclear, haveria um limite para o armamento do país, seriam rompidas todas as relações do governo iraniano com as organizações de resistência e o Estreito de Ormuz deixaria de estar sob o controle dos iranianos.

Tais condições foram precedidas da ameaça de bombardeios e intervenção militar que acabariam com a civilização persa: em suas palavras, “toda uma civilização morrerá.” Concretamente, Trump afirmou que autorizaria a destruição de toda a infraestrutura petrolífera, invadiria a ilha de Kharg e tomaria o Estreito de Ormuz. Como demonstração de força, o Pentágono aumentou o contingente de soldados que se somariam aos cinquenta mil que se encontram no Oriente Médio. Bastariam a ocupação de Kharg e a tomada do Estreito de Ormuz para esmagar economicamente o Irã, segundo os cálculos de Trump.

Um chamado nacional feito pelo governo do Irã à mobilização foi atendido e as usinas termoelétricas ameaçadas de bombardeio foram cercadas por uma “corrente humana”, destacando a presença massiva de mulheres. Demonstração tão decidida diante do inimigo que, logo no início da guerra, bombardeou uma escola deixando dezenas de crianças mortas, expôs aos povos de todo o mundo a inquebrantável defesa na nação oprimida. Aos 15 pontos da Casa Branca, o governo iraniano contrapôs de forma precisa as condições de um acordo: “fim permanente das hostilidades, reparação de guerra, soberania iraniana sobre o Estreito de Ormuz, cessar-fogo em todas as frentes, incluindo o Líbano, e garantias de que o país não será atacado de novo.”

As recorrentes e contundentes ameaças de Trump - amparadas no poderoso aparato bélico e nas limitações da capacidade defensiva do Irã - se avultaram nas condições de prolongamento da guerra, da evidência de que não basta apenas despejar bombas, disparar mísseis, assassinar lideranças governamentais, aterrorizar a população com a mortandade de civis, destruir parte da infraestrutura para derrotar o país e impor as condições norte-americanas de rendição.

Os Estados Unidos e Israel se viram diante de um Irã preparado para interromper o fluxo do petróleo pelo Estreito de Ormuz, capacitado a comprometer parcialmente a produção e a distribuição do petróleo dos países do Golfo Pérsico e, assim, se valer da posição geoestratégica para impulsionar a crise econômica mundial, que já vinha se agravando com a guerra comercial e com o prolongamento da guerra na Ucrânia, bem como dos crescentes conflitos militares na Ásia e na

África. Cabe assinalar a enorme dimensão da operação militar de Trump na Venezuela, que concluiu com o sequestro do presidente Nicolás Maduro e sua esposa, e que não fez senão potencializar a crise capitalista na América Latina.

Tem sido importante o fato do Irã não ter se intimidado e se iludido com as manobras verbais de Trump. Seu governo negou terminantemente a ocorrência de negociações, sem se negar a discutir os termos do fim da guerra. Está claro que Trump se utiliza do governo de Israel para o objetivo estratégico de quebrar a espinha dorsal do nacionalismo persa.

Os conflitos permanentes desde a revolução islâmica de 1979 se circunscreveram à necessidade do imperialismo norte-americano de exercer amplamente sua hegemonia no Oriente Médio e do colonialismo sionista israelense de expandir suas fronteiras muito além das porções conquistadas nas guerras de Seis Dias, de 1967, e a de Yom Kippur, de 1973. Não há como desconhecer a interdependência da invasão e destruição da Faixa de Gaza e da ampliação da colonização judaica da Cisjordânia com a guerra contra o Irã.

O Líbano se encontra preso a esse emaranhado desde a derrota dos árabes na guerra de Yom Kippur. A guerra civil de 1975, que marcou profundamente o país, depois das lutas por sua independência do colonialismo francês em 1943, esteve vinculada à ascendência do Estado Sionista e ao fortalecimento da resistência armada da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) que, expulsa da Jordânia em 1970, à custa de um massacre, se refugiou no Líbano. As primeiras ações militares de Israel no Líbano, em 1978, indicaram que os libaneses enfrentariam diuturnamente convulsões gestadas em grande medida por pressões externas.

O percurso do expansionismo de Israel ganharia força na fronteira com o sul do Líbano, onde os sionistas armaram uma facção contrária às posições palestinas. O massacre no campo de Sabra e Shatila levado a cabo pela milícia maronita contou com o apoio de Israel, que havia invadido o Líbano em setembro de 1982 em sua guerra contra a resistência palestina. Esse choque intervencionista vai até o ano 2000, quando Israel se retira do território libanês. Seis anos depois, em 2006, se acirra a confrontação com o Hezbollah xiita, que foi fundado em 1978, com apoio do Irã em meio à guerra civil e ao intervencionismo de Israel, Síria e Estados Unidos, sobretudo.

Tornou-se inevitável que a ex-colônia francesa viesse a ocupar um lugar de grande importância no processo de implantação do Estado de Israel, de seu percurso expansionista contrário à criação de um Estado palestino e de ascensão do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Agora, a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã ocorre em uma situação de quase desmantelamento da resistência palestina. O Hamas foi extremamente golpeado na Faixa de Gaza e o Hezbollah enfraquecido no Líbano. A resistência antissionista

não pode contar com a Síria, depois da queda do governo de Bashar al-Assad. Israel nunca teve a seu favor uma situação tão segura para impulsionar as anexações. Esmagando o Irã, o caminho pode ficar mais aberto, a depender do quanto os Estados Unidos controlarem as monarquias árabes e do quanto essas serão capazes de sufocar o descontentamento dos oprimidos em seus países.

A primeira tentativa de Trump impor um acordo ao governo iraniano fracassou. Israel rompeu uma das condições do cessar-fogo provisório e da abertura do Estreito de Ormuz, desfechando um brutal ataque no Líbano. Contabilizaram-se mais de trezentos mortos. A posição do governo israelense é de que a anexação do sul do Líbano não faz parte do acordo. O que está conformidade com a política expansionista do Estado sionista.

Trump e Netanyahu manobram à espera de aumentar a pressão sobre o Irã. Estão armando uma reunião com o governo libanês, para demonstrar que não conseguem desarmar o Hezbollah. O que resta é manter a ofensiva militar como a realizada na Faixa de Gaza. Na hipótese de se chegar a um denominador comum, permanece o objetivo de liquidar a resistência antissionista e golpear o nacionalismo iraniano. É o que Trump procura obter na mesa de negociação formalmente orquestrada com o governo do Paquistão.

A denúncia do Irã de que Israel violou a tratativa inicial que incluía o fim dos ataques ao Líbano não teve como ser respondida por Trump. A insistência dos Estados Unidos já não inclui destruir e mudar o regime político no Irã. Voltou-se à questão do desmantelamento das usinas nucleares e da entrega do urânio enriquecido.

O primeiro-ministro da Alemanha criticou a conduta de Israel como um risco para o “processo de paz”. Na mesma linha,

se pronunciaram o presidente da França, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer. Trump não reduz sua pressão sobre os aliados imperialistas europeus, que estão descontentes com sua política exterior, afirmando que sua vontade é a de retirar os Estados Unidos da OTAN. As discórdias cresceram com a decisão unilateral dos Estados Unidos de protagonizar a guerra contra o Irã, que já não era capaz de desviar o curso das vitórias do Estado de Israel no Oriente Médio. Ocorre que o imperialismo norte-americano tem pela frente a confrontação com a China. E a União Europeia e a Inglaterra estão a todo vapor impulsionando as tendências bélicas sob a perspectiva de uma guerra com a Rússia, que por ora vence a guerra contra a Ucrânia. Não estão bem definidos os passos de Trump em relação à resistência do Irã. Mas, está claro que a crise no Oriente Médio tem tudo para se agravar ainda mais. É parte da crise mais geral do capitalismo mundial.

A vanguarda com consciência de classe tem a vantagem de a maioria dos explorados estar contra a guerra e o esmagamento do Irã. Houve um recuo da luta contra o genocídio do povo palestino, principalmente depois da imposição da paz dos cemitérios de Trump na Faixa de Gaza. É um recuo temporário. As contradições econômicas do capitalismo em decomposição vêm gestando as revoltas instintivas, inclusive nos Estados Unidos. Trata-se de guiar a ação política no seio da classe operária e dos demais explorados no sentido da defesa de suas condições de existência e da revolução social.

A luta anti-imperialista está posta, como está posta a tarefa de organizar a frente única anti-imperialista. Pelo fim imediato da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Pela retirada imediata das Forças de Defesa de Israel do Líbano e fim dos bombardeios. Defesa e apoio incondicional da nação oprimida contra a nação opressora!

Antissemitismo e antissionismo

A deputada do PSB, Tabata Amaral, juntamente com um grupo de parlamentares, assumiu as posições da organização “Aliança Internacional para a Memória do Holocausto” (sigla em inglês IHRA), um instrumento utilizado pelo sionismo, portanto, pelo Estado de Israel. A parlamentar esteve à frente do PL 1424 de 2026, que inclui na legislação do Brasil a criminalização de antissemitismo, sendo que a Lei do Racismo já prevê cinco anos de prisão. A Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 7.716/1989 enquadram o antissemitismo como crime.

A tentativa de criar uma legislação particular do racismo antissemita é uma manobra montada desde o Estado de Israel. Segundo informação, Tabata contou com o apoio de deputados como Heloisa Helena (Rede-RJ), Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Gilvan da Federal (PL-ES), Kim Kataguiriri (Missão-SP) etc. Assim



que desataram as críticas nas redes sociais, deputados do PT (Elton Welter-PR, Alexandre Lindenmeyer-RS e outros), bem como Heloisa Helena, retiram seus apoios ao Projeto de Lei. Deram-se conta de que tal legislação atinge a liberdade de crítica e favorece as ações penais punitivas amplamente utilizadas pela Confederação Israelita do Brasil (Conib), que desde o início do ataque de Israel à Faixa de Gaza, em outubro de 2023, entrou com 60 ações na polícia. Essa organização responde antes de tudo não aos judeus brasileiros mas à política internacional do Estado sionista de Israel.

O judeu Breno Altman, jornalista e autor do livro “Contra o Sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista”, se considera “o judeu mais perseguido do país”. E não pelos “neonazistas, grupos de extrema direita ou negacionistas do Holocausto”, mas sim pela “Confederação Israelita do Brasil, supostamente a principal



entidade de representação da comunidade judaica – camuflagem sob a qual oculta sua condição de agência do Estado genocida de Israel”. Conclui sua crítica na Folha de São Paulo de 19 de março de 2026: “A acusação de antissemitismo tornou-se arma política. Não se trata mais de combater o ódio contra judeus – tarefa legítima necessária e inegociável –, mas de silenciar vozes contrárias ao regime sionista. Ao confundir deliberadamente esses dois campos, antissionismo e antissemitismo, agentes de Israel buscam interditar o debate público. (...) O paradoxo é evidente: ao me acusar de antissemitismo, a CONIB não apenas deslegitima um judeu por suas opiniões como também define arbitrariamente um mecanismo de controle ideológico, na tentativa de reduzir a identidade judaica à lealdade perante a um Estado étnico”.

O jornalista Glenn Greenwald denuncia: “Israel e seus apoiadores vêm conduzindo uma campanha global para restringir críticas ao país, pressionando governos a alterar suas legislações para proibir e punir uma ampla gama de manifestações. Essa campanha desembarca agora no Brasil, graças à deputada Tabata Amaral (PS-B-SP), a alguns cúmplices na Câmara e ao lobby pró-Israel Stand With Us, de André Lajst (...). Sob o pretexto de combater o ódio, esse projeto visa expandir radicalmente a definição legal de antissemitismo para incluir críticas comuns feitas ao Estado de Israel a alguns indivíduos judeus (...). É difícil não se chocar depois de ler o que está sendo proposto pela IHRA. Uma das opiniões proibidas seria dizer que ‘a existência do Estado de Israel é um empreendimento racista’”.

Em contraposição, André Lajst, presidente-executivo da Stand With Us Brasil – uma organização internacional de educação sobre Israel –, responde: “Críticas a Israel podem ser feitas, como a qualquer outro Estado legítimo dentro do sistema internacional e reconhecido pela ONU. O que é inaceitável é a condenação – formal ou não – de todos os judeus, como povo. Ou transformar a palavra ‘sionista’ em ofensa e defender a destruição do Estado judeu”.

O articulista da Folha de São Paulo, Thiago Amparo, resume sua crítica ao Projeto de Lei de Tabata Amaral: “O PL permite tecer críticas a Israel desde que sejam ‘semelhantes às dirigidas contra qualquer outro país’, como se fosse possível não singularizar que é Israel e não outro a impor o apartheid”.

Esse embate em torno a introduzir na legislação brasileira uma formulação ditada pelo Estado de Israel vem se dando desde o final de 2024 na Assembleia Nacional da França. Está prevista a votação do Projeto de Lei da deputada Caroline Yadan pelo partido Renascimento, de Emmanuel Macron, em 16 de abril. Sua essência é dada pelo seguinte preceito: “Hoje, o ódio antijudaico em nosso país é alimentado por um ódio obsessivo a Israel, cuja própria existência é regularmente deslegitimada e criminalizada. Este ódio ao Estado de Israel é agora inseparável do ódio ao judeu”.

A posição do governo francês em apoiar a lei se baseia na premissa de que “a oposição à criação de um Estado judeu no que anteriormente era território palestino é fundamentalmente antissemita”. O 1º Ministro, Sébastien Lecornu, chegou ao ponto de afirmar que a bandeira de libertação da Palestina ‘do rio ao mar’ é “um apelo explícito à destruição de Israel, uma vez que se refere ao território israelita”. Segundo essa visão, a lei deveria criminalizar a bandeira que tem se desfraldado nas manifestações em todo o mundo.

Tudo indica que há uma contundente divisão no parlamento francês. Organismos de direitos humanos e instituições como o Sindicato dos Advogados Franceses rejeitam a lei que criminaliza a liberdade de expressão. A presidente da Liga Francesa dos Direitos Humanos, Nathalie Tehio, rechaça a posição do 1º Ministro sobre a bandeira “do rio ao mar”, explicando “que a existência de Israel como um Estado Judeu continua a ser muito debatida, inclusive por judeus antissionistas que fazem campanha pelo que ficou conhecido como ‘solução de um Estado’ - israelenses e palestinos

compartilhando um único Estado com direitos plenos e iguais para todos. Há quem, por exemplo, acredita que deveria haver um único Estado compreendendo Israel e o Estado Palestino juntos”.

Nos Estados Unidos, assim que Zohran Mamdani tomou posse como prefeito de Nova York, no início de janeiro, decidiu entre outras medidas revogar a definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), sob a justificativa de que determinadas formas de críticas a Israel são antissemitas, por exemplo a caracterização de que “a existência do Estado de Israel é um empreendimento racista”. O Ministério de Relações Exteriores de Israel respondeu com o ataque: “Desde o seu primeiro dia como prefeito de Nova York, Mamdani mostra sua verdadeira cara: ele está abolindo a definição de antissemitismo da IHRA e revoga a restrição ao boicote a Israel. Isso não é liderança. É gasolina antissemita jogada num fogo já descontrolado”. Na prefeitura de Nova York, foi instituído o Departamento do Prefeito para o Combate ao Antissemitismo, pelo ex-prefeito Eric Adams. Tal organismo é dirigido por um rabino. Segundo informações, por outro lado, Mamdani guia suas convicções religiosas pelo Alcorão. O que justificaria sua atitude política de revogar as medidas pró-sionistas de Eric Adams.

Recorremos a esses acontecimentos e informações para indicar que a iniciativa de Tabata Amaral é expressão de um movimento internacional impulsionado pelo Estado de Israel, por meio da IHRA, incentivado pela operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 e o início de uma nova intervenção das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza. A partir daí o que resta do território Palestino passou e passa por uma nova etapa de anexação. A Faixa de Gaza sofreu um demolição jamais vista e a Cisjordânia se defronta com um brutal avanço da colonização israelense. Na operação do Hamas, morreram 1200 israelenses; na invasão da Faixa de Gaza se contabilizou mais de 70 mil palestinos mortos, sendo a maioria de crianças, jovens, velhos e mulheres.

A resposta do governo de Benjamin Netanyahu ao relatório da “Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado”, que concluiu com a denúncia de genocídio, seguiu a linha do IHRA de que se tratava de antissemitismo. De forma que um ataque ao Estado de Israel consistia em um ataque ao povo judeu. O mais importante, porém, está em que se ergueu um movimento mundial contra o genocídio e em defesa do direito à autodeterminação do povo palestino. A reação das massas assombrou o Estado sionista e levou o governo de Netanyahu a movimentar o aparato sionista em toda a parte sob a bandeira de combate ao antissemitismo.

O fundamento ideológico do sionismo se encontra precisamente na colonização do território palestino desde a implantação do Estado de Israel em 1948, cujos antecedentes preparatórios percorreram todo o período do processo de derrocada do Império Otomano e da nova partilha ditada pelas forças imperialistas inglesas e francesas ocupantes, sobretudo. Toda e qualquer resistência à expulsão dos palestinos de suas terras foi considerada obra do antissemitismo. A definição do que se denominou “antissemitismo moderno” tem como parâmetro o sionismo. Toda a crítica e toda a luta contra o sionismo passaram a ser consideradas antissemitas. Não há interesse do sionismo em distinguir entre os seus adversários que se guiam pela tradição do antissemitismo daqueles que se opuseram e se opõem ao nacionalismo colonialista do sionismo com o programa da revolução social.

A teoria científica do socialismo de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. foi classificada como antissemita. O próprio Marx, que era filho de judeu, recebeu o carimbo de que cometeu o crime de considerar a “religião judaica como um resíduo de superstições passadas, um ‘ópio para o povo’”. Esse tipo de amalgama, confusão e deformação expressa a essência do movimento sionista que culminou com a constituição de um Estado sionista colonizador. Essência essa de classe.

O sionismo original acabou por assumir plenamente sua natureza burguesa vinculada ao grande capital, principalmente ao capital financeiro. Eis por que o Estado sionista somente foi constituído e viabilizado pelas mãos dos Estados Unidos. O Estado de Israel nunca alcançou independência e não alcançará em relação ao grande capital norte-americano e consorciados de outros países imperialistas. A guerra que se trava no Oriente Médio começou em outubro de 2023 se estendeu para o Irã em junho de 2025. Israel somente tem força para esmagar a resistência palestina, avançar sobre o Líbano e a Síria, bem como afrontar o Irã, porque em sua coluna vertebral se encontra o imperialismo norte-americano.

Não há nenhuma dúvida de que o povo judeu - com sua história milenar civilizatória e com suas inúmeras tragédias marcadas pelo antissemitismo – não é responsável pelo genocídio praticado pelo Estado sionista. Somente os verdadeiramente antissemitas, que cultivam o ódio histórico ao povo judeu, podem estabelecer um vínculo de responsabilidade que não existe. A responsabilidade cabe inteiramente à fração capitalista comandada por judeus, que é parte da burguesia mundial imperialista.

O problema está em que a classe operária e os demais trabalhadores de nacionalidade judia carecem do partido revolucionário,

que como tal luta pelo fim de todos os antagonismos, discórdias e preconceitos raciais que advêm e se alimentam da sociedade de classes, sendo a capitalista da época imperialista sua última etapa de desenvolvimento. Evidentemente, esse não é um problema particular dos explorados judeus, mas da classe operária mundial.

O avanço do colonialismo israelita no Oriente Médio e as guerras travadas pelos Estados Unidos na região impulsionam ainda mais os antagonismos e, assim, preparam as condições para os explorados construírem os partidos revolucionários e marcharem no sentido da revolução social. O fim do Estado sionista somente ocorrerá por esse caminho das transformações socialistas. Como se vê, se trata da luta proletária contra todos os Estados burgueses e pela constituição de Estados socialistas.

As massas árabes e persas estão destinadas a se unirem sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o que inevitavelmente incluem os trabalhadores de nacionalidade judia. É nesse terreno que a classe operária terá como combater o sionismo colonialista, toda forma de antissemitismo e, acima de tudo, a dominação imperialista sobre as nacionalidades do Oriente Médio.

A caçada às terras raras e o rastejar da burguesia brasileira e do governo Lula ao imperialismo

O Wall Street Journal escreveu no dia 8 de abril, quarta-feira, que “Trump declara vitória prematura no Irã” e que “... o regime iraniano continua sendo uma ameaça no Estreito de Ormuz e o trabalho está longe de terminar” e cobra do sanguinário presidente que “ele leve a sério o prazo de duas semanas para o cessar-fogo. Se ele o fizer e o Irã continuar com suas manobras habituais, então ele realmente terá que terminar o trabalho”. Ou seja: destruir o Irã.

O presente texto não trata de analisar a questão da guerra imperialista travada contra o Irã, movida pelas tropas dos EUA e seu fiel cão de guarda sionista. Nosso tema é outro: “A caçada às terras raras e o rastejar da burguesia e do governo Lula ao imperialismo”.

A guerra comercial - entre os capitalistas norte-americanos e chineses; na busca por novos recursos energéticos e matérias primas que possam ser utilizadas na fabricação de equipamentos bélicos, baterias para veículos, super ímãs, foguetes espaciais, chips de alta performance, materiais que possam ser usados em tecnologia nuclear - empurra os EUA para a batalha contra a China que é detentora das maiores reservas de terras raras do mundo, buscando impedir que ela controle sozinha esse setor extremamente estratégico.

O Brasil ocupa o segundo lugar em terras raras no mundo. A busca por seu controle e transformação é parte da guerra comercial onde a China ocupa o primeiro lugar em terras raras em todo o mundo além de controlar as tecnologias para separar e obter os metais críticos.

O que levou os EUA e Israel a destruir a Faixa de Gaza e agora realizar uma assassina guerra contra o Irã tem como objetivo principal o controle sobre o petróleo e gás. Vimos a tomada de assalto da Venezuela por Trump para prender o Presidente Nicolás Maduro e sua esposa, para se apossar de um país com riquezas formidáveis em seu subsolo. Vimos antes a guerra contra o Iraque.



Também sabemos do controle dos EUA sobre a terceira maior jazida de petróleo do mundo, na Nigéria.

Sabemos das privatizações dos poços de petróleo existentes no Brasil, sob a batuta das grandes companhias dos EUA. A tão falada defesa da soberania nacional, na época imperialista, nas mãos de governos subordinados ao imperialismo, não passa de palavreado eleitoral para atrair setores das esquerdas que esperam um dia empurrar

estes governos fantoches e dependentes, para seu sonhado nacionalismo progressista e independente.

Segundo o artigo de Lucio Lambrano, no Observatório da Mineração, “os Estados Unidos avançaram uma casa no xadrez dos minerais críticos tentando equilibrar o jogo contra a China, partindo de um pacote amplo para tentar diminuir a dependência de importação e o controle que a China exerce no mercado internacional”.

Diz ainda Lambrano: “O Grupo Serra Verde, que se descreve como o único produtor em larga escala de terras raras pesadas críticas fora da Ásia, com sede em Minaçu (GO), anunciou ter obtido US\$ 565 milhões (R\$ 3 bilhões) em financiamento da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (DFC)”.

“O aporte financeiro da agência do governo norte-americano, criada em 2019, inclui uma opção que permite ao governo dos Estados Unidos adquirir uma participação minoritária na empresa”.

Como sabemos, é por meio de participações minoritárias, que, muitas vezes, o imperialismo engole a participação majoritária, se transformando em seu absoluto controlador.

A China controla a tecnologia para separar os “elementos essenciais para as indústrias automotiva, de semicondutores, aeroespacial e especialmente de defesa, que está ganhando mais espaço do que a transformação energética. Para manter a sua máquina de guerra funcionando, portanto, Donald Trump e Cia precisam de terras raras”.

“O governo americano tem tomado medidas claras para defender os próprios interesses e atacar a China em todas as frentes. A invasão da Venezuela, o sequestro de Nicolás Maduro e a tomada do petróleo venezuelano, assim como o bombardeio do Irã e o assassinato do líder Ali Khamenei, que levou ao fechamento temporário do estreito de Hormuz, por onde passa até 20% do petróleo mundial exportado principalmente para a China, está esse contexto”.

Serra Verde, empresa situada em Goiás receberá no chamado “Project Vault”, programa do governo norte-americano, R\$ 12 bilhões, estabelecendo total sintonia com os planos dos Estados Unidos.

Esta mineradora já conta com duas empresas registradas no exterior com capital social declarado na Receita Federal de R\$ 1,8 bilhão. Há ainda a participação de empresas como a Denham Capital e a EMG, bem como a inglesa Vision Blue. A Vision e a EMG fizeram aportes de 150 milhões de dólares na Serra Verde no final de 2024. O governo norte-americano assinou um protocolo com o governador Caiado, de Goiás, sobre as terras raras, e ao mesmo tempo colocam pressão total sobre o governo Lula.

Dizem que o acordo entre Caiado e os EUA está desagradando o Palácio do Planalto. Lula estuda a legalidade da parceria. O que obviamente a nada levará, pois o acordado formalmente não viola a soberania, dado que a Constituição de 1988 dá ao governo a possibilidade de realizar entregas de riquezas nacionais ao capital estrangeiro. Caiado apenas se antecipou ao tibio governo Lula que vai vociferar contra Caiado e acabará enquadrado pelos EUA.

Os EUA anunciam que a ideia não é apenas para ser aplicada na extração dos minerais críticos, mas também para o seu bene-

ficiamento e transformação, bem como comercialização. Ou seja, quem manda é a maior potência capitalista. A soberania e independência do Brasil são ditadas pelo imperialismo e se resume a resmungos, jogadas eleitoreiras e manipulações de todo o tipo para esconder a impotência e covardia do governo Lula e da burguesia dita nacional.

Sem que a classe operária e suas organizações entrem em movimento, não haverá soberania. O petróleo já foi, os portos e aeroportos também, as estradas e a energia já eram. Tudo o que é estratégico só poderá ser erigido e defendido pela ação e mobilização direta do proletariado, no caminho da construção socialista sobre os escombros da destruição do Estado Burguês e da grande propriedade privada dos meios de produção.

Em busca da energia limpa: destruição do meio ambiente e miséria

As terras raras existem em abundância em todo o território nacional. Minas Gerais, Goiás, Pará, São Paulo e outros estados sofrerão fortes desequilíbrios ambientais, desalojamento de povos nativos, redução da agricultura familiar, contaminação das águas subterrâneas, rios e nascentes. O desmatamento será impiedoso e implacável. Serão agravadas as destruições relacionadas às mudanças climáticas.

Nas terras raras, estão presentes os seguintes elementos:

Os elementos de terras raras leves são o lantânio (La), cério (Ce), praseodímio (Pr), neodímio (Nd), promécio (Pm), samário (Sm), európio (Eu), mais o escândio (Sc) e ítrio (Y), que possuem números atômicos menores.

Já os elementos de terras raras pesados são o gadolínio (Gd), térbio (Tb), disprosio (Dy), hólmio (Ho), érbio (Er), túlio (Tm), itérbio (Yb) e lutécio (Lu), com números atômicos maiores.

O processamento e retirada destes elementos do solo, necessariamente utilizará de uma formidável quantidade de água para separar os diferentes materiais. Os dejetos voltarão para a terra, com contaminantes. Além disso, os projetos ocuparão grandes áreas. A devastação virá com toda a violência e fúria.

Sem que haja uma revolução agrária como parte da revolução social, sem que as terras sejam colocadas sob controle dos que nela produzem e trabalham, sem o controle operário da indústria e, portanto, sem o fim da propriedade privada dos meios de produção, o futuro da humanidade estará comprometido. As modernas tecnologias, operadas por meia dúzia de trabalhadores, as modernas plantas automatizadas, a voracidade do capital financeiro, ao invés de gerarem empregos, geram destruição e desemprego. O futuro da humanidade só pode ser positivamente assegurado pela revolução proletária mundial. Para isso, é urgente a superação da crise de direção construindo o Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

LANÇAMENTO

R\$5

O capitalismo avança na destruição da natureza, das fontes de riqueza e dos seres humanos



A posição crítica do POR diante da impostura dos ambientalistas e reformistas frente à crise climática

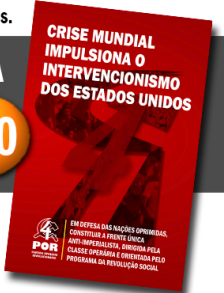


Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$40



O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.

As disputas interburguesas após a janela partidária

A esperada janela partidária de 2026 (período para a troca de siglas sem a perda do mandato parlamentar), que foi de 5 de março a 3 de abril, levou a uma série de rearranjos políticos que envolveram os partidos burgueses e acirraram a disputa eleitoral.

Partidos como PSDB, PL e Republicanos se fortaleceram no estado, enquanto PDT e União Brasil perderam força. O PT, por sua vez, manteve-se estagnado. Na Assembleia Legislativa, o PSDB que havia eleito 1 parlamentar em 2022 (Emília Pessoa) passou a ter 7 deputados. O partido de Tasso Jereissati tornou-se, dessa forma, a terceira maior bancada da ALECE atrás do PSB, de Cid Gomes, com 11 deputados e do PT, de Camilo Santana, com 9.

O PL saltou de 3 para 4 deputados e se fortaleceu mais nitidamente na capital, onde passou de 5 para 7 vereadores sendo, agora, a maior bancada da Câmara. Os Republicanos tiveram um desempenho similar: embora mantendo o mesmo número de deputados estaduais, saltou de 2 para 5 vereadores e formou a terceira maior bancada da casa. União Brasil, Avante e Cidadania (os grandes derrotados na janela partidária) perderam seus parlamentares e ficaram sem representação na ALECE.

Ciro e a oposição de direita

O renascimento do PSDB pode ser compreendido, sobretudo, pelo ingresso da ala de Ciro Gomes que arrastou consigo um grupo razoável de parlamentares do PDT (embora nomes do grupo cirista, como de costume, se filiem a partidos afins para influenciá-los, como o União Brasil, onde estão Roberto Cláudio e Dep. Mauro Filho). Este é o fato que explica, inversamente, a derrocada do PDT no estado, que perdeu todo o grupo dos Ferreira Gomes entre os anos de 2024 (Cid) e 2026 (Ciro).

Ciro e Tasso pretendem impulsionar com todas as forças a unidade das oposições para as eleições de outubro. As aproximações



encontram Camilo e Cid.

A federação União Progressista (União Brasil/PP), por sua vez, teve de se voltar a problemas domésticos. Diante de violentas disputas, realizou o acordo de liberar seus membros para apoiarem ou fazerem oposição ao governo sem riscos de retaliações internas. Seu presidente, Capitão Wagner (antigo desafeto e hoje aliado de primeira hora de Ciro), deve lançar, oficialmente, a si próprio e ao ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, como candidatos ao Senado.

Assim, a oposição bolsonarista e cirista caminham para consolidar uma aliança em torno do nome de Ciro ao governo do estado (cuja definição, segundo ele próprio, sairá ainda em abril) e de ao menos três candidatos ao Senado.

Há, contudo, outra ala da oposição, minoritária e pouco expressiva eleitoralmente, que se alinha à Michele Bolsonaro e que é representada pelo pouco reputável e pouco influente Partido Novo. Tal oposição permanece hostil a Ciro e tem seus próprios nomes ao governo do estado (Senador Eduardo Girão) e ao Senado (General Theophilo). Evidentemente, a aproximação entre esta ala e o grupo liderado por Tasso-Ciro-André Fernandes-Capitão Wagner, num eventual 2º turno, é indiscutível. Mas até lá, porém, a rejeição a Ciro, o ressentimento com seus ataques passados a Bolsonaro e a imprevisibilidade das alianças sob seu governo, permanecem demasiado pesados para uma confluência no 1º turno. Tais mudanças de partido e composições refletem a profunda decomposição dos partidos da burguesia e com eles a da democracia oligárquica.

Luizianne Lins troca PT pela golpista Rede Sustentabilidade

Derrotada na disputa interna para a candidatura à prefeitura de Fortaleza em 2022 (o PT aprovou e lançou o nome do recém chegado Evandro Leitão, ex-PDT) e agora preterida na vaga para a disputa ao Senado, Luizianne Lins deixou o PT, após 37 anos de militância, e se filiou ao partido Rede Sustentabilidade.

A decisão teve repercussão nacional e Lula lamentou a decisão justificando que a ex-prefeita tinha de compreender a importância das alianças que o PT realiza no estado. Luizianne declarou, hipocritamente, que não se filiava à Rede apenas pela candidatura ao Senado, mas por um conjunto de fatores. É inútil omitir que

seus cálculos eleitorais guiaram sua decisão. Luizianne já era pré-candidata ao Senado desde abril de 2025, quando ainda estava no PT. Uma vez que Camilo Santana e o próprio Lula pressionam muito fortemente o partido para um acordo com aliados, onde as duas vagas oficiais ao Senado, na chapa de Elmano, fiquem com os aliados (PSB, MDB etc.), a ex-prefeita farejou uma nova derrota e migrou definitivamente de sigla.

Luizianne e sua corrente interna do PT, o Campo de Esquerda (Democracia Socialista e aliados) devem passar a dominar completamente a estrutura do partido local. Sua filiação, em 2 de abril,



ocorreu em uma cerimônia que contou com a presença da ex-senadora Heloísa Helena em Fortaleza. Em seu discurso, Luizianne ignorou deliberadamente o fato de que a Rede Sustentabilidade foi uma vibrante apoiadora do impeachment de Dilma em 2016. A ex-prefeita sabe perfeitamente que as duas figuras de maior proeminência no partido (Heloísa Helena e Marina Silva) que disputam a tampa o comando partidário nacional, com direito a ações judiciais mútuas, nunca realizaram qualquer autocrítica pelo apoio ao golpe contra Dilma, mas precisa calar em nome da conveniência eleitoral e do pragmatismo político, herdados da politicagem petista.

Luizianne quando prefeita (2005-2012) montou um governo perfeitamente palatável aos interesses burgueses da cidade (empresários do transporte, grandes comércios, construção civil etc.), embora esboçando uma roupagem popular. Quando enfrentou sua terceira greve do magistério municipal, em 2011, respondeu com uma ação de ilegalidade na justiça, corte do 13º salário e imposição de que os trabalhadores pagassem parte da greve no mês de férias, em julho. Luizianne demonstrou, em sua



época, tal como antes Raul Point (prefeito de Porto Alegre entre 1997 e 2000, também da corrente Democracia Socialista), que mesmo as gestões petistas consideradas mais “radicais” não passavam de governos burgueses com verniz esquerdizante. Com o processo de oligarquização do PT e seu maior apodrecimento, as correntes eleitoreiras mais à esquerda foram empurradas contra a parede. Tornou-se inevitável ter de escolher entre se submeter, aceitando todas as imposições e sobreviver de pequenas migalhas eleitorais, ou migrar para outras legendas burguesas e pequeno-burguesas, ainda que na órbita do PT e seus governos. Eis o que precisamente ocorre com a fração de Luizianne no Ceará.

A conclusão necessária de todo esse processo para os revolucionários é uma só: ajudar a juventude oprimida, o funcionalismo e os amplos setores do magistério a superar suas enormes ilusões nesta “ala esquerda” do reformismo eleitoreiro e colaboracionista. É preciso denunciar cada conluio, cada manobra, cada acordo espúrio e defender as lutas com o método da ação direta em torno das reivindicações mais elementares. Tal é o caminho para emancipar definitivamente os explorados da política burguesa e pequeno-burguesa.

O privatista Zema é candidato à presidência

A confirmação da renúncia de Romeu Zema (Novo) ao governo de Minas Gerais marca o início oficial de sua corrida ao Palácio do Planalto. Apresentando-se como o “gestor da eficiência” e do “Estado enxuto”, Zema tenta projetar para o Brasil aquilo que implementou em solo mineiro. Por trás da retórica da austeridade, revela-se uma linha política estabelecida para atender aos interesses do grande capital e do mercado financeiro, à custa do endividamento público e da precarização dos serviços essenciais. Analisar sua trajetória em Minas é fundamental para compreender o que sua candidatura representa para os explorados.

A explosão da dívida e o ajuste fiscal

Os números demonstram que, sob o seu governo, a dívida pública do estado explodiu. Em 2019, primeiro ano de seu governo, a dívida consolidada de Minas Gerais era de aproximadamente R\$ 113,36 bilhões. Ao final de 2025, após sete anos de gestão, a dívida estadual ultrapassou R\$ 201 bilhões, sendo R\$ 177,48 bilhões apenas com a União. Trata-se de um crescimento superior a R\$ 87,64 bilhões no endividamento estadual.

Durante esse período, o governo Zema valeu-se inicialmente de liminares judiciais que permitiram a suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União. Essa estratégia de judicialização serviu como ponte para a posterior adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), estabelecido pela Lei Complementar 159/2017. Desse modo, na prática, o estado permaneceu por longos períodos com pagamentos suspensos ou reduzidos, o que contribuiu para o expressivo aumento do passivo e a explosão do endividamento.

A opção política foi a utilização desses mecanismos de ajuste para empurrar o problema para o futuro. Trata-se de mais uma de-

monstração de que o Estado, sob o capitalismo, recorre a medidas que apenas adiam os problemas, transferindo seus custos finais para os oprimidos.

Mineração e os recursos de reparação

Outro elemento central é o volume expressivo de recursos recebidos pelo governo de Minas em razão dos crimes ambientais cometidos pela Vale, especialmente após as tragédias de Mariana e Brumadinho. No caso de Brumadinho, o acordo judicial firmado em 2021 prevê R\$ 37,69 bilhões em recursos de reparação. Já no caso de Mariana, um novo acordo fechado em 2024/2025 prevê valores elevados, a serem pagos ao longo de até 20 anos pelas mineradoras envolvidas (Vale, BHP e Samarco), envolvendo dezenas de bilhões de reais em recursos, parte deles novos.

Esses valores deveriam servir para fortalecer os serviços públicos essenciais, como saúde e saneamento, além de garantir a recuperação das áreas ambientais degradadas e a prevenção de desastres. Para cumprir essa função, as parcelas destinadas à compensação socioeconômica e à reparação ambiental deveriam estar sob controle dos trabalhadores, que deveriam decidir, em assembleias, o melhor encaminhamento desses recursos. Nas mãos de Zema, esse dinheiro acabou sendo destinado à jogatina habitual dos recursos pelos capitalistas.

A luta dos educadores e a privatização do ensino

A política educacional do governo Zema/Simões também revela a sua face de capacho do capital. O governo aplicou um vergo-

nhoso reajuste de cerca de 5,27%. Diante disso, os trabalhadores em educação inicialmente decidiram por uma greve por tempo indeterminado, posteriormente convertida em uma paralisação de três dias. Contudo, diante da ameaça de corte de ponto e sem a conquista do reajuste de aproximadamente 43%, a mobilização foi encerrada sem um plano de lutas. Houve um ensaio de ocupação da SRE, que não vingou.

Além disso, o governo promoveu o leilão de 95 escolas, na tentativa de dar os primeiros passos na privatização da escola pública, o que pode significar demissões em massa e dificultar o acesso da juventude oprimida ao ensino público.

Diante da ausência de um plano de lutas por parte da direção sindical, é necessário aprofundar o debate em cada escola e bairro sobre como impedir esse processo de destruição imposto pelo capital e por seus agentes, representados por Zema e Simões. Para avançar na mobilização, o caminho é o da greve, das ocupações e dos atos massivos de rua, que são os métodos de luta da classe operária.

Eleições de 2026

Nessa conjuntura pré-eleitoral, assiste-se à mudança de legenda de alguns parlamentares. No campo burguês, essas mudanças são comuns, marcadas pelos conchavos. A degeneração se evidencia quando essa mesma prática domina setores da esquerda.

Papel rebaixado cumpre o PT: sem candidato majoritário, tende a apoiar a candidatura do senador Rodrigo Pacheco ao governo do estado, com o respaldo do presidente Lula. Embora tenha sido ligado ao PSD e ao União Brasil, Pacheco recentemente filiou-se



ao PSB. Para o Senado, o petismo ainda conta com Alexandre Kalil (PDT), o mesmo que autorizou a repressão policial contra professores em greve quando era prefeito de Belo Horizonte. Por fim, os parlamentares do PSOL seguem essa mesma orientação, inseridos no ritual eleitoral que busca amortecer as lutas e colocar as eleições acima de qualquer mobilização.

Zema candidato, laçao do capital

A candidatura de Romeu Zema à presidência se apoia no papel cumprido em Minas Gerais de destruição do patrimônio público e arrocho salarial. O balanço do seu governo no estado — marcado pela explosão da dívida, pelo desmonte da educação e pela subordinação aos interesses das mineradoras — serve como uma credencial para o grande capital. Para os oprimidos, será apenas mais um candidato-marionete do capital financeiro, disputando com muitos outros do mesmo campo de classe.

Diante de um quadro onde setores da esquerda reformista e centrista se rendem a conchavos com figuras da direita, torna-se urgente a organização dos explorados no campo de independência de classe. O combate ao privatismo de Zema e aos seus aliados não se dará nas urnas, mas sim através do método de luta do proletariado, a ação direta coletiva. Essa tarefa depende da combinação da luta pelas reivindicações elementares das massas com o programa da revolução e do socialismo. Está aí o verdadeiro caminho para a vitória dos oprimidos, seja sobre os laçaios assumidos da burguesia, como Zema, seja sobre os que se dizem de esquerda, mas se colocam por administrar o Estado burguês, que é um instrumento de opressão da maioria explorada pela minoria exploradora.

62 anos do golpe militar

Sem os Tribunais Populares, apoiados na mobilização das massas, os crimes da Ditadura Militar brasileira continuarão impunes

Nas últimas semanas, a mídia burguesa divulgou reportagens sobre casos distintos, mas com um aspecto em comum: todos relacionados a situações de violência, repressão e assassinatos promovidos pela ditadura militar brasileira (1964–1985). Entre eles, destaca-se a revisão do caso de Manoel Fiel Filho, operário morto sob tortura em 1976, cuja certidão de óbito, após quase cinquenta anos, reconhece oficialmente a verdadeira causa de sua morte, corrigindo a versão forjada pelo regime. Em outro caso, a Justiça determinou que o Estado de São Paulo indenizasse a família de José Vicente Correa, operário assim como Fiel Filho, preso por engano e submetido a torturas, evidenciando a arbitrariedade e a violência sistemática dos órgãos repressivos.

Também vieram à tona debates públicos sobre a repressão, como a audiência na Câmara dos Deputados, que reuniu procuradores e familiares de vítimas, reforçando a relevância política do tema no presente. Outra situação que ganhou destaque foi a



do oficial Alfeu de Alcântara Monteiro, morto em 1964 após se recusar a participar de ações militares contra civis, tornando-se um

dos primeiros militares a ser vítima do próprio regime. Por fim, reportagens lembraram o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, episódio emblemático da repressão que intensificou a mobilização social e antecedeu o endurecimento do regime com o Ato Institucional nº 5.

Tomados em conjunto, esses casos evidenciam tanto a dimensão da violência do Estado durante a ditadura quanto as disputas ainda em curso. O fortalecimento das tendências fascizantes e dos grupos de ultradireita, que têm enaltecido abertamente a atuação do regime ditatorial – como o fez, por exemplo, Jair Bolsonaro no momento de seu voto no processo de impeachment de Dilma Rousseff, homenageando o torturador Brilhante Ustra – demonstra que o assunto permanece mais vivo do que nunca. O fenômeno do bolsonarismo está, em grande medida, assentado nessas bases históricas.

O problema, no entanto, está na resposta política da esquerda reformista, completamente adaptada à institucionalidade burguesa, limitada a uma linha de “reconhecimento, reparação e inscrição na memória coletiva”. Trata-se de um tremendo erro desvincular o passado de repressão de seus fundamentos de classe, assim como das instituições e, inclusive, de muitos personagens políticos ainda atuantes. Se é verdade que ainda há muito que se conhecer sobre os fatos, dado que a Ditadura agiu na clandestinidade e tentou apagar os rastros de seus crimes, não se trata, porém, de mero “reconhecimento”, muito menos “reparação” – chega a ser um insulto a atribuição de valores às perdas impostas pela violência ditatorial. A única forma de justiça possível é punir os ditadores e seus colaboradores por seus crimes de classe, e o caminho para isso só pode ser pelos tribunais populares.

Somente os tribunais populares, erguidos como parte da mobilização independente das massas por suas reivindicações, poderão reunir a força social para derrotar as tendências fascizantes do passado e do presente. O inimigo é o Estado burguês, são os capitalistas e o imperialismo, que teve participação decisiva no golpe e na sustentação da ditadura. O fato de formalmente ter havido uma mudança no regime, com a transição ao chamado “Estado Democrático de Direito”, não alterou o caráter de ditadura de classe do Estado, exercida pela burguesia. Julgar e punir os capitalistas por seus crimes de classe durante o período de 1964-85 é parte do acerto de contas que envolvem a superação de todo o peso da opressão e exploração de séculos que recai sobre os ombros da maioria nacional.

Concretamente, a realização desse acerto de contas passa hoje necessariamente pelo esmagamento dos bolsonaristas. Os reformistas têm alimentado ilusões de que essa vitória dos oprimidos virá das eleições e da “democracia” (em abstrato), caminho pelo qual, ao contrário, os bolsonaristas têm ganhado terreno, em que pese os revezes circunstanciais. A própria prisão do ex-presidente Bolsonaro – agora aliviada com a tal “prisão domiciliar humanitária” por 90 dias – e de mais alguns cúmplices implicou a absolvição de muitos outros envolvidos na trama golpista, de maneira que apenas arranhou o fenômeno mais profundo das tendências ditatoriais e fascizantes. A tal ponto que a tarefa de varrer todo esse entulho autoritário depende do avanço da mobilização revolucionária, sob a direção da classe operária. Em outras palavras, essa tarefa será resolvida não pelas vias pacíficas, por dentro das instituições dominadas pelos opressores, mas pela revolução social.

XVIII Congresso do Partido Operário Revolucionário

No jornal Massas anterior, publicamos alguns pontos da Resolução Internacional e da Resolução Nacional, aprovadas no XVIII Congresso do POR, que se realizou nos dias 21 e 22 de março. Agora, damos continuidade à publicação de pontos da Resolução sobre a desindustrialização e a resposta operária, da Resolução sobre a Juventude e seus principais desafios políticos atuais e da Resolução sobre a crise climática.

Resolução sobre a desindustrialização e a resposta operária

O governo burguês de Lula, após completar um ano, anunciou sua “Nova Indústria Brasil” (NIB), cujo objetivo estratégico é o de promover a reindustrialização. O projeto foi concebido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Nesse organismo, participaram representantes da burocracia sindical. Estiveram presentes a CUT, Força Sindical e UGT. O que indicou a subordinação das centrais sindicais à política econômica do governo petista de frente ampla.

Como parte da campanha em favor da eleição de Lula, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que reúne a maioria das centrais, havia aprovado em 2022 o que se denominou “estratégia para o desenvolvimento sustentável do Brasil do ponto de vista social, econômico e ambiental”. Comparecia a fórmula da reindustrialização para “geração de emprego e enfrentamentos das desigualdades”.

A Conclat levou a maioria dos sindicatos a se empenhar na campanha eleitoral com a bandeira de que “um país industrializado é um país com soberania, com desenvolvimento e com mais e melhores oportunidades para os trabalhadores e trabalhadoras”. As principais centrais, apoiadas em tais pressupostos, lançaram a nota em defesa da “nova política industrial”. Em nome da classe operária e dos demais trabalhadores, falsificaram e falsificam o objetivo de retomar a industrialização para gerar empregos e enfrentar as desigualdades. (...)

O reconhecido processo de desindustrialização é demonstrado pela enorme diminuição relativa da indústria no PIB. Em 1995, participava com 36% do PIB, em 2022, apenas 11,5%. Em relação à participação da indústria manufatureira brasileira na produção mundial, despencou de 2,77% em 1995 para 1,28% em 2022. Esse retrocesso contrasta com o período de industrialização crescente entre 1930 e 1980, segundo estudos.

A perda do impulso industrial e o seu descenso, como não poderia deixar de ser, atingiu amplamente o emprego industrial. Os dados disponíveis demonstram que o emprego industrial em 2007 correspondia a 19,5% dos empregos do país, caindo para 16,4% em 2015. De meados de 1980 a 2024, houve uma redução do emprego industrial de 27% para 14%. Embora a queda do emprego na indústria e nos demais setores da economia não ocorra em linha sempre descendente – há altos e baixos –, a tendência dominante é a de diminuição de postos de trabalho na indústria. Ao contrário do que afirmam os defensores da NIB, a aplicação das novas tecnologias digitais agravará a mutilação da força de trabalho e impulsionará o desemprego. Os processos mais avançados de produção realizados pela automação estão em contradição com o sistema capitalista de propriedade privada, os meios de produção e os limites do Estado nacional. Entre 2013 e 2022, constata-se a perda de 745 mil postos, ou seja, 8,3% a menos, incluindo a indústria de transformação e extrativista. Há dados que indicam a perda de cerca de 1 milhão.

Nos períodos de recessão, 2009, 2015-2016 e 2020, se observa com maior detalhe a interrelação dos fatores que caracterizam a desindustrialização. Cresce o número de fechamento de fábricas, aumenta o desemprego industrial e diminuem os ganhos salariais. Ocorrências que atingem duramente o setor de serviços. Nota-se, porém, que os momentos de retomada da economia não se convertem em grande impulso da indústria de transformação, que é a coluna vertebral das forças produtivas industriais e de toda a economia. É o que ocorreu em 2025 com abertura de 5,1 milhões de empresas e queda da taxa de desemprego para 5,2%, considerada a mais baixa desde 2012. Esses números positivos correspondem ao setor de serviços e de pequenos negócios. Desses 5,1 milhões, a indústria participou com 383 mil sendo também a maioria de pequenos empreendimentos. Esse crescimento não altera para melhor a participação da indústria no PIB, que é o ponto de partida do reconhecimento do processo de desindustrialização. (...)

Em seus fundamentos econômicos, a “Nova Indústria Brasil” se volta a atender aos interesses das multinacionais e de grandes grupos nacionais. Certamente, o governo Lula não poderia deixar de propagandar o objetivo de proteger os pequenos e médios capitalistas. A burocracia sindical, por sua vez, justifica seu apoio a esse programa pró grande capital com as bandeiras atraentes de criação de empregos e redução das desigualdades. (...)

A discussão em torno à NIB sobre as causas da desindustrialização e a procura de diferenciação do que se passa no Brasil de economia atrasada e nos de economia avançada mais acoberta do que evidencia as leis econômicas do capitalismo da época imperialista. É sintomático que dos Estados Unidos, sob o governo Trump, se levante a bandeira de reindustrialização, tendo como base o nacionalismo imperialista “Estados Unidos em primeiro lugar”. O caso do Brasil se distingue por ter uma industrialização muito inferior e subordinada aos ditames das potências.

Um complicador surgiu nas duas últimas décadas com a emersão da China altamente industrializada e voltada a estender seus tentáculos econômicos nas entranhas da economia mundial. Nos Estados Unidos, o nacionalismo imperialista responsabiliza a projeção chinesa como uma das principais causadoras de sua desindustrialização. Ocorre que seus monopólios industriais se deslocaram para a China e outros países do Sudeste Asiático, que permitiram e permitem a superexploração do trabalho, maiores ganhos da extração da mais-valia e aumento da taxa de lucro, cuja tendência à queda se manifestava e se manifesta no âmbito da economia monopolista.

A guerra comercial inevitavelmente envolveu, em particular, o Brasil. Está claro que o motivo fundamental da desindustrialização no Brasil é distinto do que se passa nos Estados Unidos e demais potências. São identificados vários fatores de ordem interna típicos de uma economia semi-industrializada. (...)

Não haverá reindustrialização ou recuperação da perda da capacidade industrial que se iniciou desde a década de 1980. O bom momento festejado pelo governo Lula em seu terceiro mandato é passageiro e limitado. O Brasil continua a depender cada vez mais da exportação de commodities para China, sem que se transforme em impulso à indústria interna. A NIB reproduz os velhos programas de subsídios estatais aos monopólios e a grandes grupos nacionais. A polarização entre a riqueza concentrada e a pobreza e miséria disseminadas está em flagrante contradição com a necessidade de potencializar o mercado interno. E, externamente, o Brasil se depara com a aguda guerra comercial. No momento, ainda padece das imposições tarifárias ditadas pelo governo Trump. (...)

Somente a classe operária organizada e em luta tem como responder ao fenômeno geral da desintegração capitalista e o conseqüente processo de quebra industrial. Não há possibilidade alguma de se abrir uma etapa de reformas progressivas que reergam a indústria sobre novas bases, tendo como força social a burguesia

brasileira e como instrumento material as suas instituições estatais. A classe operária é a única classe que pode resistir, combater e vencer as tendências desintegradoras do capitalismo, porque historicamente encarna o programa da revolução social, que por seu conteúdo é proletário e internacionalista. (...)

A crise de direção emerge como o principal obstáculo para a classe operária confluir seus instintos de revolta com o programa da revolução social. Sem o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, que se acha na fase embrionária de construção, as massas proletárias continuam à mercê das direções políticas e sindicais pró-capitalistas e francamente seguidoras de uma das variantes da política burguesa, que se batem em meio à decomposição do capitalismo. É o que explica a Conclat subordinar o movimento sindical à NIB.


A burocracia que controla as centrais e os sindicatos contribuiu com o fechamento de fábricas, com os planos de flexibilização capitalista do trabalho e com as contrarreformas, praticando a colaboração e anulando as organizações operárias como instrumentos da luta de classes. Está posta a tarefa de desmascarar a posição colaboracionista da burocracia com o capital monopolista, que tem interesse na NIB. A defesa do programa de reivindicações próprio da classe operária, dos seus métodos de luta, da sua democracia sindical e da organização independente perante o Estado, os governantes e a classe capitalista é por onde a vanguarda com consciência de classe levará adiante essa tarefa.

Nesse combate, é preciso avançar com a intervenção no seio do movimento operário para construir as oposições classistas e revolucionárias, ganhar a vanguarda do proletariado para expulsar a burocracia traidora dos sindicatos e construir as células operárias, fundamentais para potencializar o Partido Operário Revolucionário. Defender o internacionalismo proletário nas condições concretas do avanço da barbárie que brota do capitalismo da época imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Dedicar o máximo esforço à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Essa é a tarefa colocada para superar a crise de direção, o atraso e a barbárie impostos pelo capitalismo às massas exploradas. Vincular a luta pelas reivindicações elementares ao objetivo de expropriar a burguesia e de tomar o poder pela revolução social, pela constituição da ditadura do proletariado como direção da transição do capitalismo ao socialismo.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO 2023

NOSSA CLASSE
Programa independente de luta e política da classe operária

POR
Partido Operário Revolucionário

Resolução sobre a juventude e seus principais desafios políticos

A juventude não constitui uma classe, mas um grupo social que atravessa as diferentes classes. A imensa maioria da juventude mundial é proletária ou semiproletária: filhos de operários, trabalhadores precarizados, desempregados, subempregados, moradores das periferias urbanas. Uma parte considerável vive no campo e constitui o campesinato e o operariado rural. A essas parcelas se soma uma massa de jovens de classe média em processo de proletarização.

O estágio atual do capitalismo, o imperialismo, condena a juventude a um presente e futuro de guerras, desemprego, miséria, destruição ambiental e regressão cultural. O capitalismo em declínio não é capaz de oferecer reformas, estabilidade, “mobilidade social” para a nova geração; ao contrário, destrói conquistas históricas obtidas pelas lutas das gerações anteriores. (...)

A juventude é um dos grupos sociais mais sensíveis à decomposição capitalista. Sua baixa inserção na produção social e um sistema educacional falido que não responde às suas necessidades impulsionam esse grupo para a alienação e marginalidade social. Por outro lado, sua inconformidade com um modo de produção que é alheio às suas aspirações faz da juventude um destacamento potencialmente explosivo na luta de classes, a exemplo das revoltas no Peru, Nepal, Bangladesh, Indonésia e Filipinas, ainda que de forma instintiva e pouco organizada.

A caracterização burguesa de que se trata de “movimentos da geração Z” oculta o conteúdo de classe dos movimentos, que na sua raiz têm as necessidades materiais mais sentidas pela juventude, a falta de emprego, de salários suficientes para sustento, além das reivindicações de natureza democrática. (...)

Em todos os continentes, os jovens se veem diante da possibilidade de serem arrastados para as guerras. Os casos recentes mais importantes são o da guerra na Ucrânia e do Oriente Médio. No primeiro caso, uma massa de jovens ucranianos tem sido transformada em bucha de canhão dos objetivos do imperialismo estadunidense e europeu. Há muitos registros de sequestros nas ruas, perseguição a quem se recusa a ir para a linha de frente, fechamento de fronteiras e repressão a desertores. No Oriente Médio, o ponto alto da barbárie acontece na Palestina onde houve um verdadeiro extermínio da população jovem, nesses dois anos e meio

de genocídio de Israel. Estima-se que algo em torno de 20 a 30 mil crianças e jovens foram mortos desde 8 de outubro de 2023. A estrutura de produção na Faixa de Gaza foi reduzida a praticamente zero, bem como as estruturas educacionais, o que deve impactar a juventude por longos anos. (...)

Parte da juventude em todo o mundo tem se mobilizado em solidariedade ao povo palestino, enfrentando a repressão em universidades e ruas. Tem particular importância o método da ocupação e do acampamento realizado pelos universitários nos EUA e na Europa. Aqui no Brasil, o papel da juventude ficou muito aquém do seu potencial de impulsionar a luta contra o genocídio na América Latina. A responsabilidade cai sobre suas direções políticas ligadas ao nacional-reformismo do PT e PCdoB, que trabalham sempre pelos cálculos eleitorais e institucionais, opostos à luta de classes. (...)

O papel da juventude proletária latino-americana é o de tomar em suas mãos a direção da luta, se utilizando dos métodos próprios da luta de classes. Para isso, deve rechaçar tanto a política de classes do nacional-reformismo quanto as falsas saídas da extrema direita. O ponto de partida é a independência de classe e a defesa de um programa próprio de reivindicações, que colocará em evidência que nenhuma das alas burguesas da disputa eleitoral poderá atender.

No Brasil, a juventude proletária, negra, pobre e feminina é o alvo constante da violência capitalista em suas várias formas. A política identitária, assumida pelas mais diferentes correntes políticas, oculta a raiz do problema, fragmentando as opressões e as apresentando como independentes ou paralelas. É, portanto, uma política burguesa. Nega a raiz de classe das opressões em nome das expressões particulares: racismo, machismo, LGBTfobia entre outras. Certamente, as opressões sobre grupos específicos como mulheres e negros existem, mas no capitalismo sua raiz é de classe, o que implica, para pôr fim a toda forma de opressão, combater o capitalismo. O combate a qualquer forma de opressão, como o racismo deve ter como estratégia o fim da sociedade de classes. (...)

A miséria e a pobreza impossibilitam que uma boa parcela da juventude possa trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Interrompe a continuidade dos estudos assim que termina o ensino fundamental. A pesada jornada de trabalho se opõe ao tempo necessário para os estudos. A bandeira de emprego a todos e jornada de trabalho compatível com a escola responde à defesa da juventude oprimida nas condições de superexploração do trabalho e decomposição do capitalismo. Essa bandeira se choca com a tendência das relações capitalistas de produção de mutilar e marginalizar uma parte significativa da força de trabalho. A luta para organizar a juventude explorada se dá no terreno das reivindicações que as proteja contra a marginalização do trabalho e da escola. Trata-se da defesa do programa da classe operária de que nenhum jovem permaneça sem emprego e sem escola. Pela combinação do trabalho com os estudos.

A juventude negra é vítima da matança policial e do encarceramento: execuções sumárias, chacinas em favelas, prisões arbitrárias e criminalização da pobreza. O Estado burguês utiliza a “guerra às drogas” como justificativa para o extermínio sistemático de uma fração significativa da juventude proletária. Na chacina do Alemão/Penha, por exemplo, a média de idade era de 28 anos. Nas cadeias, mais de 40% tem entre 18 e 29 anos. Em São Paulo, o governo Tarcísio de Freitas, através de suas operações policiais, como a operação Verão, na Baixada Santista, realizou em 2024 e 2025 uma verdadeira carnificina entre jovens da região.

A burguesia narcotraficante se impõe nas condições de desagregação social e miséria. Uma massa de jovens é arrastada para



FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

o crime. As facções tem se espalhado, como o CV, PCC e outras, têm levado um grande número de jovens à morte prematura. O Estado burguês se mostra impotente ou conivente, a depender da região e da situação. Em estados como o Rio de Janeiro, soma-se o problema das milícias, que também são fatores de aliciamento de parcela da juventude.

O campo educacional indica até que ponto tem chegado a destruição capitalista sobre a formação das novas gerações. A separação entre a teoria e a prática, entre o fazer e o pensar, tem sido levada às últimas consequências com os chamados modelos de plataforma e o EaD. Os cortes orçamentários são constantes, independentemente do partido no poder. A condição de trabalho dos professores vai de mal a pior, a depender do estado da federação. O exemplo do número de professores temporários e da demissão em massa recente no estado de SP evidencia o problema mais amplo. Nas universidades, a permanência estudantil é negada ou limitada, empurrando estudantes pobres ao abandono do curso ou à dupla/tripla jornada de trabalho. A estrutura física dos prédios é precária e a terceirização tem chegado a largas escalas.

As entidades estudantis – DCEs, CAs, grêmios, UNE, UBES, entidades de pós-graduação – deveriam ser instrumentos de organização independente dos estudantes em defesa de seus interesses, unificados com a classe operária e os demais trabalhadores. O contrário acontece, encontram-se burocratizadas, dirigidas por partidos e correntes que se apoiam na conciliação de classes. A tarefa da juventude proletária é retomar seus organismos para a luta, o que implica varrer as direções reformistas e centristas de suas direções.

A direção majoritária da UNE, alinhada ao lulismo e aos partidos que sustentam o governo, atua como correia de transmissão entre os interesses do governo e os estudantes, atrelando-os

à defesa de um governo que não responde às suas necessidades mais sentidas. Grande parte dos estudantes desconhece a UNE, UBES etc., como sua direção e seguem para o ostracismo ou para movimentos aventureiros, como as tendências autonomistas, sem programa. Nessa bifurcação, o centrismo (PSTU, MRT, UP, PCBR entre outros) se apresenta como uma terceira via canalizando uma parcela de jovens que se interessam pelas ideias comunistas, mas concluindo inevitavelmente no eleitoralismo e no apoio ao petismo.

Trata-se de um reflexo da crise de direção revolucionária do proletariado, que afeta inclusive o movimento estudantil e juvenil. A tarefa mais importante da vanguarda com consciência de classe e da juventude proletária é superar a crise de direção revolucionária, forjando na luta seus próprios organismos e resgatando suas entidades para uma política proletária. O trabalho do Partido Operário Revolucionário em meio à juventude é obrigatório, no sentido de formar uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil.

O trabalho junto à juventude proletária é fundamental. Deve dirigir-se também àqueles que estão fora da produção social devido justamente à crise capitalista e seus efeitos sobre a indústria como as demissões em massa, precarização do trabalho (jovens terceirizados, entregadores, desempregados). Deve observar-se as particularidades da juventude para se realizar um trabalho efetivo. Não se pode desconhecer sua relação com as redes sociais, com a cultura e outras particularidades desse grupo etário. O trabalho nas escolas e universidades, mesmo para a militância que não atua nesse setor, deve ser incorporado com o objetivo de fortalecer a juventude porista e furar a barreira de contenção do reformismo e do centrismo.

Resolução sobre a crise climática

Crescem as divergências entre frações do imperialismo sobre o que se denominou transição da matriz energética e descarbonização. Os Estados Unidos romperam com o Acordo de Paris e agora Trump decidiu pela revogação da Lei do Ar Limpo. O motivo está em eliminar barreiras que limitam a exploração e utilização do petróleo como principal fonte de energia. Essa investida desconhece o relatório da ONU que indica que da fase de escassez se passa a falência hídrica global”.

O fracasso da COP-30, realizada recentemente no Brasil, refletiu as divergências no interior da burguesia imperialista. Porta-vozes do ecologismo burguês se referem a um desmoronamento do multilateralismo que havia sido estruturado no Acordo de Paris, que estabeleceu metas e responsabilidades governamentais para enfrentar a crise climática. Esse acordo já havia sido desmoronado, devido às rachaduras e ao não cumprimento das metas. Trump tão somente enterrou o “multilateralismo” ecológico.

Os interesses econômicos do grande capital estão acima da necessidade de enfrentar o saque, desperdício e destruição de importante parte dos recursos naturais. Somente a classe operária, com seu programa da revolução social e por meio da luta de classes tem como responder a mais um grande problema do capitalismo, que é o da anarquia da produção social.

As mudanças climáticas deixaram de ser uma previsão científica distante e já se impuseram como realidade. O modo de produção capitalista, que se acha em profunda decomposição, está impondo uma devastação ambiental sem precedentes. Ano após ano, recordes de temperatura são quebrados, ondas de calor extremo se multiplicam, secas prolongadas, enchentes e incêndios florestais se tornam recorrentes, ceifando dezenas de milhares de vidas, sobretudo entre os setores miseráveis da população mundial.

O aquecimento global não se expressa apenas sob a forma de calor extremo. Ele altera toda a dinâmica climática do planeta, intensificando furacões, ciclones e chuvas torrenciais, com impactos desiguais segundo as regiões e as classes sociais atingidas. Não se trata de fatalidades naturais, nem de ciclos climáticos espontâneos. Esses chamados extremos climáticos estão diretamente vinculados às atividades econômicas do capitalismo em escala global. (...)

A questão ambiental converteu-se em mais um campo de negócios. O chamado desenvolvimento sustentável não rompe com o processo destrutivo da produção capitalista. Ele apenas reorganiza as fontes de energia e os mercados, abrindo novas frentes de acumulação e intensificando a concorrência intercapitalista. O negacionismo climático e o ecologismo liberal não são opostos, mas expressões distintas das disputas internas do capital. (...)

Historicamente, cada modo de produção estabelece uma relação específica com a natureza. O capitalismo distingue-se por subordinar essa relação à reprodução ampliada do capital, rompendo os ritmos de regeneração dos ecossistemas. A acumulação exige aumento contínuo da produtividade, expansão incessante da produção e transformação de toda a natureza em recurso rentável. A busca incessante por mais-valor conduz à devastação dos solos, à exaustão dos aquíferos, à destruição de territórios inteiros e à multiplicação de catástrofes ambientais. Nenhuma matriz energética pode resolver esse problema enquanto o processo de acumulação permanecer intacto. Campanhas de consumo consciente, boicotes isolados ou estilos de vida alternativos não alteram a dinâmica estrutural do sistema.

A concorrência entre capitais, inclusive no campo das chamadas mercadorias verdes, apenas desloca a destruição. Setores do imperialismo se valem da questão ecológica para disputar a exportação de capitais, a exploração de recursos, a mão-de obra barata

e a imposição de certificações e selos sustentáveis que mascaram práticas igualmente destrutivas. Trata-se de uma guerra comercial entre frações do capital, na qual o proletariado é chamado a se alinhar com interesses que não são os seus.

A crise ambiental não pode ser resolvida dentro do capitalismo. Enquanto a produção estiver subordinada à valorização do valor e à acumulação privada, a destruição das condições de vida continuará. A solução não está entre a diminuição da queima de combustíveis fósseis e o aumento da energia limpa. Está na revolução social, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. O capitalismo se esgotou historicamente na fase imperialista e objetivamente abriu o caminho de sua transição ao socialismo. A destruição em grande escala dos recursos naturais somente se estancará e se eliminará

resolvendo a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista, que se reproduz como contraposição entre a organização e a anarquia da produção que atinge as relações sociais como um todo. Na base do saque da natureza se encontra a anarquia da produção social. (...)

Somente a substituição do modo de produção capitalista pela economia planificada socialista, produto da ditadura do proletariado que virá através da revolução social, que por sua forma é nacional e por seu conteúdo, internacional, poderá interromper o processo de destruição da natureza decorrente do caráter predatório do capitalismo. Esse processo deve passar invariavelmente pela construção do partido revolucionário do proletariado, que encarne o programa da revolução e do internacionalismo proletário.

 **NOSSA CLASSE**
*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Abril/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Política Operária

Por um 1° de Maio Internacionalista, Operário e Socialista!

Abaixo o 1° de Maio festivo, governista e eleitoreiro das centrais sindicais

Por um 1° de Maio de luta, independente dos patrões e dos governos burgueses

O 1° de Maio, dia Internacional de luta dos trabalhadores, teve sua origem na greve geral de milhares de operários, em Chicago, EUA, em 1886, que tinha como principal reivindicação a redução da jornada de trabalho para 8 horas e melhores condições de trabalho. A greve foi duramente reprimida pela polícia, causando a prisão e assassinato de vários operários, entre eles sete dirigentes sindicais anarquistas que foram condenados à morte - quatro deles foram enforcados - e ficaram conhecidos como os mártires de Chicago.

A luta iniciada pelos operários de Chicago influenciou e estendeu a luta da classe operária pela redução da jornada de trabalho para todos os países, mostrando a força do proletariado e a necessidade de unificar a luta da classe operária mundial para defender as reivindicações fundamentais por meio da ação direta, da greve e da revolução proletária, para colocar fim ao sistema de exploração capitalista e construir uma sociedade socialista. No Brasil, a greve geral de 1917, iniciada em São Paulo, que teve como principal reivindicação a redução da jornada de trabalho para 8 horas, foi fundamental no avanço da luta e organização da classe operária. Embora tenha enfrentado a repressão violenta do aparato repressivo do Estado, com prisões e mortes (como o operário sapateiro José Martinez), foi por meio da greve geral, da ação direta, que a classe operária conquistou aumentos salariais, direitos trabalhistas e a redução da jornada de trabalho para 8 horas.

Como podemos ver, gerações de operários lutaram, foram presos e tomaram na luta contra a exploração capitalista, por isso, devemos rechaçar o caráter festivo que as direções sindicais traidoras transformaram o 1° de Maio. No 1° de Maio, os sindicatos e centrais deveriam convocar assembleias em todas as fábricas e

aprovar um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, pelo fim da escala 6x1 e pela defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização.

A classe operária não tem nada a festejar. Mais de 40 milhões de trabalhadores estão desempregados, trabalhando como autônomos, como PJ, fazendo bicos, sem nenhum direito trabalhista garantido. 35% dos trabalhadores recebem um salário mínimo miserável de R\$ 1.622,00, condenados à miséria. Por tudo isso, nesse 1° de Maio o Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário (POR), chama a classe operária e demais explorados a exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da greve geral, para defender:

1. Emprego a todos os trabalhadores, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução salarial. Fim da escala 6x1.
2. Defender um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora, com reajuste automático, aumentaram os preços, aumentam os salários. Segundo o Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.177,00.
3. Colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização.
4. Combater as demissões e o fechamento de fábricas, aprovando a greve com ocupação de fábricas e implantando o controle operário da produção.

5. Colocar abaixo o plano privatista do governo burguês de Lula e da oposição ultradireitista e lutar pela reestatização de todas as estatais privatizadas, sem indenização e sob o controle operário.

6. Nenhuma ilusão na eleição burguesa! Acreditar apenas no método próprio de luta da classe operária, que é a greve e a ação direta e coletiva

A tarefa colocada é a de construir uma oposição revolucionária

ao governo burguês de Lula. Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária para derrotar o imperialismo e a burguesia entreguista. Ligar a luta pelo programa próprio de reivindicações a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, para expropriar a burguesia do poder, colocar fim a propriedade privada e constituir nosso próprio governo, operário e camponês. Colocar fim ao capitalismo e construir uma sociedade socialista, transição ao comunismo.

Pelo fim da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã!

*Fora Estados Unidos da América Latina e do Oriente Médio
Pela autodeterminação e soberania das nações oprimidas!*

Em coletiva de imprensa, Donald Trump declarou abertamente que seu objetivo com a guerra é “pegar, tomar o petróleo do Irã”. A esse ponto chegou o imperialismo norte-americano e o que está disposto a fazer para controlar as fontes de energia e matérias primas, na sua guerra comercial com a China. Com a guerra, o preço do barril de petróleo subiu e as petroleiras que representa Trump estão lucrando bilhões de dólares. Os trabalhadores são quem pagam com o aumento de preço do diesel, do gás, alimentos etc.

Donald Trump primeiro bombardeou a Venezuela e tomou o controle do seu petróleo. Agora, os Estados Unidos e Israel estão

bombardeando há mais de um mês o Irã, já mataram seu líder, Ali Khamenei, líderes militares e mais de 3 mil civis. Somente o proletariado organizado em seu partido revolucionário e em luta, com os métodos da revolução proletária, poderá derrotar o imperialismo e constituir os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Nesse 1º de Maio, chamamos a classe operária e demais explorados, que é internacionalista, a se colocarem contra a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã. Chamamos a defenderem a autodeterminação e soberania do Irã, Palestina, Venezuela e demais nações oprimidas. Chamamos a colocarem em pé a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária.

Nota do Boletim Nossa Classe

Resposta aos operários sobre as dificuldades para se alcançar as aposentadorias

Na distribuição do Boletim Nossa Classe em várias fábricas, os operários mais velhos têm feito reclamações sobre as dificuldades de se aposentar. Alguns com quase 40 anos de contribuição, não conseguem a soma tempo e idade para aposentadoria. Os militantes explicaram que se trata da reforma da Previdência imposta por Bolsonaro, que criou uma série de exigências, ampliando os obstáculos para se alcançar uma aposentadoria. E que essa reforma foi precedida da reforma trabalhista, decretada pelo governo Temer em 2017. Foi a reforma trabalhista que implantou as jornadas estafantes de 12 X 36; 5 X 1 com revezamento, e a Lei da Terceirização para todas as funções nas empresas. Juntas, a trabalhista e a previdenciária, aniquilaram direitos conquistados por meio de muitas lutas.

Além disso, essas contrarreformas acabaram por fragmentar ainda mais a classe operária e os demais trabalhadores. Dentro da fábrica, existem os trabalhadores efetivos, contratados e terceirizados. Hoje são milhões de trabalhadores informais, desempregados e submetidos à violenta escala de 6X1. Portanto, são milhões que dificilmente conseguirão se aposentar pelas novas regras da aposentadoria. Entre esses milhões de trabalhadores, há uma enorme parcela de mulheres submetidas a essas brutais jornadas, sem dizer que já são penalizadas pela dupla jornada (trabalho doméstico).

Há ainda um agravante. Quando o trabalhador consegue se aposentar, não pode descansar. É obrigado a continuar trabalhando porque o valor da aposentadoria não permite manter sua família. Temos aqui o exemplo da situação dos terceirizados, como da Manserv, TK etc, que já são operários aposentados, mas que são obrigados a se submeter a uma jornada de trabalho extenuante para poder completar o salário da aposentadoria.

Os operários ouviram com muita atenção e faziam sinal de concordância com a cabeça. Os militantes aproveitaram para dizer que as direções sindicais alimentaram ilusões de que com a eleição de Lula em 2022, as reformas trabalhista e previdenciária seriam revogadas. Nada disso ocorreu. Agora, certamente, nesse ano eleitoral, retomarão prometendo acabar com as contrarreformas.

A explicação encerrou com a colocação de que o Boletim Nossa Classe, na época, e agora, faz a campanha de que somente com a força coletiva da classe operária e demais explorados será possível derrubar as reformas da previdência, trabalhista e terceirização. Levanta a bandeira de fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados; aposentadoria por tempo de serviço e não por tempo de contribuição e muito menos pela combinação dessas regras malditas; redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para que haja emprego a todos (escala móvel das horas de traba-

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRÁVES DO QR CODE



lho) e defesa dos direitos arrancados com a reforma trabalhista. E o primeiro passo deve ser a exigência que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, para de fato defender as reivindicações que unificam a maioria trabalhadora.

O Boletim Nossa Classe enfatiza que o capitalismo é um sistema de exploração do trabalho. A classe burguesa e seus governan-

tes só têm como resposta as guerras e o avanço da barbárie social. Os ataques aos direitos trabalhistas e a previdência social foram apresentadas como soluções pela classe dominante. Falso! A classe operária tem sua resposta, que está na defesa do programa próprio de reivindicações e na estratégia do fim do capitalismo. Esse programa somente será colocado em prática pelos métodos da classe operária, que são as greves, ocupações e manifestações.

Contra a política vergonhosa do Siemaco e a divisão da categoria

As recentes declarações atribuídas a dirigentes do Siemaco sugerindo que o fim da escala 6x1 só valeria para "novos contratos", representam uma capitulação vergonhosa diante dos capitalistas. Essa postura não é apenas um erro jurídico, já que leis trabalhistas de ordem pública costumam ter aplicação imediata, mas uma traição política que visa desarmar a mobilização atual.

Os trabalhadores jamais poderão aceitar uma proposta que serve unicamente para dividir a força coletiva da classe. A distinção entre trabalhadores novos e antigos, como propõe a direção do Siemaco, é se colocar do lado do patronato, que está sempre criando diferenciações para enfraquecer o combate unitário dos explorados.

A defesa da manutenção da jornada exaustiva sob o pretexto de "segurança jurídica" para os contratos antigos é o reflexo de uma burocracia sindical que pensa como o RH da empresa. A saúde e a vida do trabalhador não devem estar subordinadas aos lucros da patronal. Um sindicato que atua como porta-voz patronal precisa ser retomado pela base.

O fim da escala 6x1 é uma necessidade vital para a maioria explorada respirar, estudar e viver. A luta não é para as próximas gerações de contratados. A luta é para quem está hoje no chão da limpeza, da manutenção, e demais setores explorados, deixando sua saúde em troca de migalhas. A tarefa do Siemaco é convocar assembleias democráticas, para que os trabalhadores aprovelem o caminho da luta para impor o fim da escala 6X1 para todos.

Rondônia

Julgamento de crimes do latifúndio em Rondônia através do "Tribunal Popular"



Nos dias 28 e 29 de março, aconteceu um ato político em Porto Velho contra os crimes do latifúndio sobre os povos indígenas, quilombolas e camponeses, denominado pelos organizadores de "Tribunal Popular".

Trata-se de atividades que iniciaram no país no ano de 2009. No ano passado, aconteceu em Pernambuco. Contabilizam-se cinco atos em diferentes nos estados dos país, todos motivados pelos crimes do latifúndio com o mesmo objetivo de julgar os crimes do latifúndio em cada estado e clamar pela condenação desses crimes.

Em Porto Velho, a atividade foi chamada pela Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (CEBRASPO); Liga dos Camponeses Pobres (LCP) de Rondônia e Amazônia Ocidental; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Comitê de Solidariedade às Lutas pela Terra (Comsolute); Organização dos Povos Indí-

genas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas (Opiroma), entre outras.

O "Tribunal Popular" foi conduzido por Jorge Moreno, juiz aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e contou com a colaboração dos estudantes ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), pesquisadores sobre questões ligadas aos povos do campo, da floresta e das águas.

As atividades do Tribunal foram abertas pelo juiz Jorge Moreno e logo em seguida aconteceram as apresentações e intervenções dos jurados acerca dessa questão dos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Mato Grosso. Pelo motivo dos jurados serem de diferentes localidades, como de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Acre, Paraná e Distrito Federal, o ato aconteceu de modo híbrido.

Após as intervenções de cada jurado de forma remota e presencial, iniciaram-se as denúncias das vítimas do crime dos latifundiários de Rondônia. Nos depoimentos, constou a denúncia da ação dos latifundiários de "Invasão Zero", acobertada pela Sedam que se combina com a política repressiva do estado de Rondônia. Contrapondo à "Invasão Zero", foi assinalada a importância da bandeira de "Despejo Zero".

Entre as denúncias, destacou-se o "Massacre de Corumbiara que chamou a atenção do mundo no ano de 1995. E as que dizem respeito à "Operação Godos", que levou ao assassinato do militante da LCP, conhecido como "Flecha", cujo crime era estar na luta pela terra para sustentar sua família e fortalecer os demais companheiros para assegurar o direito a um pedaço de terra para cultivar e sustentar a família. Nessa operação, a advogada Lenir Correia Coelho foi presa e continua na prisão desde o ano passado. Chamou a atenção o depoimento apresentado nas denúncias da

“Operação Godos”: “Aqui não pedimos ficha de ninguém, e quanto à doutora Lenir, ela cumpriu o seu papel em momentos difíceis, porque o INCRA que deveria se pautar pelo bom senso e o direito geral dos trabalhadores, quer nos empurrar propostas de acordo que só favorecem os latifundiários”.

Depois de apresentados os depoimentos e as perguntas dos advogados e juiz, o tribunal encerrou com o veredito final do juiz que apresenta a sentença condenando como culpados os integrantes da força repressiva do Estado, os governantes na época do crime, bem como dos burocratas que ocupavam os órgãos estatais. A sentença condenatória será encaminhada ao “Tribunal Internacional”.

A militância do POR interveio no “Tribunal Popular”, com boletins das campanhas nacionais do partido. No final, na sala onde se encontravam os apoiadores, sobreviventes vítimas dos crimes denunciados e os próprios denunciantes, o POR fez um pronunciamento denunciando os crimes da burguesia e de seus governantes contra os camponeses pobres e indígenas. Assinalou que somente a luta organizada nas ruas poderá conter a violência reacionária sobre os explorados. E que os crimes de classe só serão julgados e punidos por meio do levante das massas e da constituição dos tribunais populares.

Intervenção da Corrente Proletária na greve

O trancaço na UFABC: das reivindicações imediatas à luta estratégica

A ação radicalizada de trancaço e piquete no campus Santo André, encabeçada pelo Comando Local de Greve (CLG) dos técnico-administrativos em conjunto com o movimento estudantil, demonstra na prática a vitalidade dos métodos próprios da classe operária frente à paralisia institucional.

O fechamento dos portões para veículos durante parte da manhã do dia 1º de abril não foi apenas um ato de protesto, mas um exercício prático de poder e controle sobre o local de trabalho e estudo. O Programa de Transição é categórico ao afirmar que os piquetes de greve são métodos de luta fundamentais do conjunto dos explorados. É a partir da barreira física e do convencimento na base que se constrói a defesa irrestrita da greve contra as pressões da administração e da rotina acadêmica alienante.

A denúncia do descumprimento do Termo de Acordo de Greve N.º 11/2024 e o diálogo sobre a importância da luta estudantil são o

motor imediato da mobilização. O método marxista exige o apoio às massas exploradas, no processo de suas lutas cotidianas, a fim de encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Na UFABC, e no âmbito da Fasubra de modo geral, essa ponte passa pelo questionamento da própria burocracia acadêmica, que atua como instrumento dos governos e da classe dominante no interior da universidade.

As negociações burocráticas tendem a desgastar o movimento e desmobilizar a base. Contra o imobilismo e as vias parlamentares ou institucionais, a ação do dia 1º reforça que a luta pelas reivindicações exige o método da ação direta e a democracia das massas. Essa radicalização é a vacina necessária contra as direções vacilantes e contra as tentativas de submeter a vontade da base aos limites da normalidade burguesa. Para que a greve avance e para que o CLG se fortaleça, o desafio está em ampliar as ações diretas e ganhar às ruas.

São Paulo - ABC

Em defesa do SinTUFABC e dos métodos de organização e luta próprios da maioria oprimida - Resposta à Direção da ADUFABC

Como parte das ações políticas da Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na UFABC, o Comando Local de Greve (CLG) do SinTUFABC, com apoio de estudantes e ativistas, realizou um piquete no campus Santo André que bloqueou parcialmente alguns acessos à universidade na manhã de 1 de abril.

Logo após o piquete, a Diretoria da ADUFABC publicou uma nota condenando os métodos empregados pelos TAEs. Na nota expressam “profundo desacordo com o mérito, com o método e com a circunstância deste bloqueio, entre outros motivos porque nem a categoria docente nem a discente estão em greve” e chamam o SinTUFABC a “reavaliar sua posição acerca da demanda docente pelo fim do desvio de função docente”.

Apesar do cuidado em citar a “Diretoria do SinTUFABC”, a nota da Diretoria da ADUFABC se dirige à categoria TAE, que construiu o piquete pela base e criticou, de forma unânime, a Minuta de Resolução que trata das atividades do corpo docente recém-aprovada no Conselho Universitário (ConsUni) com votos contrários das representações técnico-administrativa e estudantil.

A Diretoria da ADUFABC aproveitou a nota para declarar seu apoio verbal à Greve TAE em curso há mais de um mês, bem como para alertar que “se o desvio de função não for contido, a categoria docente acabará por incorporar tantas tarefas de outras categorias que a UFABC poderá, no futuro, continuar funcionando sem interrupção mesmo que essas categorias estejam em greve, contribuindo para esvaziar a efetividade deste instrumento”.

Dessa forma, pretendem fazer crer que o “combate” ao desvio da função docente a partir de instâncias institucionais burguesas é um fator de proteção do trabalho das categorias docente e técnico-administrativa e que isso pode evitar o esvaziamento da efetividade da greve TAE. Ignoram que tal esvaziamento não pode ser contido pela via corporativista e que a efetividade da luta na educação pública depende da ação direta coletiva, como as assembleias, atos, bloqueios e ocupações.

O principal fator de precarização do trabalho, inclusive na universidade pública, é comum às diversas categorias: o capitalismo apodrecido e seus cúmplices. A política do Estado para o baixo funcionalismo público é de extinção. Os governantes avançam com a política privatista, de austeridade fiscal, arrocho salarial e

contrarreformas, mas as direções sindicais e políticas pró-capitalistas, via de regra, não consideram esses fenômenos bárbaros e aceitam a sua aplicação.

No caso dos TAEs, a terceirização começou por áreas como limpeza, alimentação, segurança e manutenção, e avançou às áreas de comunicação, secretaria, acessibilidade etc. Para citar dois exemplos recentes, o governo burguês de Lula/Alckmin extinguiu milhares de cargos e liberou a contratação temporária de TAEs, sendo que no primeiro caso contou com o apoio direto das Reitorias das IFEs, que possuem uma concepção restritiva do trabalho técnico-administrativo.

Apesar das divisões impostas pelo Estado, que na UFABC são agravadas pelo quadro administrativo enxuto (de servidores e

unidades de trabalho) e pelo trabalho remoto, bem como das limitações do movimento sindical, cujas direções majoritárias não trabalham efetivamente pela unidade proletária, os TAEs vem resistindo como podem e, bravamente, retomaram à greve nacional pelo cumprimento integral do acordo de greve.

Por tudo isso, a Corrente Proletária/POR reafirma o seu apoio ativo e incondicional à Greve TAE e se solidariza com toda a Direção do SinTUFABC. O ponto de partida para uma discussão franca sobre os problemas que atravessam os trabalhadores é a organização independente sobre a base de um programa próprio de reivindicações e dos métodos de luta que unificam a maioria oprimida.

Que a luta grevista dos TAEs avance para arrancar do governo o cumprimento integral do acordo.

UFABC

Em meio à greve dos técnico-administrativos, burocracia acadêmica aprova resolução que aprofunda divisão das categorias

A aprovação, no dia 31 de março, da Resolução do Conselho Universitário (ConsUni) que delimita as atividades do corpo docente é um ataque frontal à categoria técnico-administrativa e à organização da nossa classe. Aprovada por um órgão antidemocrático de forma covarde e desleal, em pleno curso da Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) da base da FASUBRA, a medida escancarou a “democracia artificial” que sustenta a superestrutura universitária.

A exclusão do SinTUFABC e das representações técnico-administrativas no ConsUni de todo o debate prévio (as manifestações da categoria só foram possíveis após a entrada da pauta no Expediente do Conselho, em novembro de 2025) não foi um erro de percurso administrativo, mas um método. Um Conselho Superior composto por 70% de docentes, considerando representantes eleitos e membros natos em cargos de gestão, não representa os interesses da comunidade, mas atua como instrumento de uma casta dirigente para impor seus privilégios de cima para baixo.

A UFABC já foi concebida com um viés político-administrativo gerencialista. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC reconhece que “mesmo mantendo o número atual de estudantes de graduação matriculados, seria necessário aumento de 67% no número de docentes e de 167% no número de técnicas e técnicos, para a instituição atingir proporções ideais para seu funcionamento e para a realização das atividades acadêmico-administrativas”. Isso ocorre porque o Estado brasileiro segue uma política de contenção das contratações/admissões de trabalhadores públicos.

Para não abrir mais vagas, o governo sobrecarrega os trabalhadores. É o que se passa nas instituições de ensino, onde os técnico-administrativos, os mais penalizados pela divisão do trabalho, são submetidos a uma carga de trabalho extenuante. A penalização dos técnico-administrativos prejudica os professores e o funcionamento das instituições como um todo. Para mudar esse quadro é necessário organizar a luta por mais vagas/cargos, o que exige constituir um comitê de defesa das condições de trabalho e construir uma campanha pelo aumento do quadro funcional.

Em abril de 2024, buscando reduzir a superlotação das salas, alguns professores do curso de Relações Internacionais propuseram reduzir a quantidade de alunos por turma sem criar novas turmas, ignorando a consequência que geraria à formação dos estudantes. A manobra foi derrotada devido à mobilização estudantil.

Já no segundo semestre de 2025, surgiu no âmbito do ConsUni a proposta de “delimitar e regulamentar o trabalho docente” que busca estabelecer uma separação rígida entre as atividades acadêmicas e administrativas e entre as categorias. Tragicamente, a ADUFABC, sindicato docente que deveria ajudar a politizar o problema, resolveu apoiar a resolução legitimando o uso do poder corporativo discricionário da burocracia universitária para impor uma divisão rígida do trabalho docente e do trabalho técnico-administrativo.

A recusa sistemática de parcelas dos docentes em compartilhar atividades, sob a falsa alegação de “incompatibilidade” é expressão da ideologia dominante no interior da universidade. Trata-se da reprodução da divisão capitalista entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Ao fragmentar o fazer universitário, a resolução busca reforçar a subalternização do trabalho técnico-administrativo. Essa hierarquização elitista destrói a natureza cooperativa e interdependente da educação, aprofundando o abismo entre o ensino e a produção social.

Essa medida amplia o assédio moral e institucional, empurrando ainda mais sobrecarga para os TAEs numa situação já assolada pelo déficit de pessoal. O Estado e a burocracia acadêmica tentam dividir o conjunto dos explorados da educação, jogando docentes contra técnicos, para manter e avançar com o desmonte, a precarização e a política do ajuste fiscal sobre as universidades.

Não podemos cair nesse conflito corporativo. Devemos lutar, de forma conjunta, pelo pleno atendimento do quadro de servidores técnico-administrativos e docentes. Tentar deslocar o problema sem combater sua causa é um erro grotesco, que deve ser combatido e enfrentado com a organização independente da maioria oprimida.

A resposta a essa ofensiva não sairá de manobras institucionais, mas do método da ação direta. A greve e mobilização diária dos TAEs precisam apontar para uma transformação radical: a destruição da escola de classe e a construção de um modelo de educação onde a teoria e a prática estejam unificadas pelo trabalho social.

A superação desse impasse exige a substituição dessa estrutura burocrática pelo poder da Assembleia Geral Universitária, o único espaço soberano capaz de garantir a democracia real e o controle da universidade por quem estuda e trabalha.



Intervenção da Corrente Proletária na Educação (CPE) no sindicato dos docentes da Universidade Federal de Catalão (ADCAC)

A CPE tem tido no último período uma participação intensa nas lutas na Universidade Federal de Catalão (UFCAT) através da ADCAC. A intervenção se insere no terreno da luta de classes no interior da universidade, como expressão da resistência ao avanço das políticas de ajuste fiscal e de submissão da educação pública aos interesses do capital.

Uma dessas intervenções foi na denúncia da defasagem salarial dos docentes federais, que se aproxima de 40%, e do subfinanciamento das universidades evidencia o caráter da política do Estado burguês, sob o comando do nacional-reformismo petista, que, ao mesmo tempo em que amplia os mecanismos de exploração do trabalho, estrangula as condições de funcionamento das instituições públicas. A situação da UFCAT revela, de forma concentrada, esse processo: perda real de orçamento, limitação do custeio e inviabilização do desenvolvimento acadêmico, impondo à universidade uma lógica de sobrevivência.

No plano local, a ADCAC interveio denunciando política de cotas raciais de apenas 5% no município de Catalão-GO. A política cotista, como demonstrado pelo POR em diversos materiais, não resolve a condição de miséria e exclusão da maioria preta e pobre. No entanto, diante da aprovação das cotas raciais há mais de uma década, a tarefa da militância classista é exigir dos governos que se cumpra a lei. Nesse sentido, a intervenção ocorreu para demonstrar seu caráter insuficiente diante das desigualdades estruturais impostas pelo racismo histórico.

Outra denúncia importante foi a da tentativa de subordinar a universidade pública aos interesses eleitorais, por meio da utilização da UFCAT em propaganda político-partidária eleitoral. Tais manifestações expressam a pressão permanente de setores da burguesia e de seus representantes políticos sobre as instituições públicas, buscando subordiná-las a seus interesses.

No campo educacional, foi feita a crítica ao novo marco regulatório da Educação a Distância que evidenciou o avanço da mercantilização do ensino superior e a intensificação da precarização do trabalho docente. Ao mesmo tempo, o apoio à greve docente da UnDF reafirma a necessidade da mobilização direta como métodos da luta de classes, em defesa das condições de trabalho e dos direitos.

Alguns aspectos locais dificultam uma intervenção mais sistemática da CPE na região, como as pressões do agronegócio, muito forte na região, a ausência de um movimento estudantil organizado na universidade e certo grau de despolitização geral. O trabalho da CPE na ADCAC vem no sentido de elevar a consciência coletiva e mobilizar os trabalhadores e estudantes para a luta, única forma de barrar o avanço das tendências fascitizantes e conquistar as reivindicações relativas ao trabalho, aos salários e aos direitos. A experiência recente confirma que a defesa da universidade pública não se separa da luta geral contra o Estado burguês e suas políticas de ajuste. Somente a mobilização independente das classes trabalhadoras pode impor uma saída à crise que hoje se expressa na educação superior.

Ceará

A farsa do concurso público anunciado por Elmano de Freitas/PT para a rede estadual

O governador do Ceará, Elmano de Freitas/PT, fez uma enorme propaganda com o anúncio do concurso público para professores da rede estadual em 2026. A Seduc declarou que o certame com 2 mil vagas expressa o compromisso do governo com a educação. A realidade, porém, é outra. Trata-se de uma manobra espúria para maquiagem a brutal precarização docente e enganar a categoria.

Dados do final de 2025 indicam que cerca de 60% da rede estadual do Ceará é formada por professores com contrato temporário. Isso significa que a maioria da categoria está submetida a baixos salários, a vínculos precários e sem estabilidade. Em 2024, havia 7.700 professores efetivos (38,1%) contra mais de 12 mil temporários (cerca de 60%), evidenciando um crescimento contínuo dessa forma de contratação ao longo da última década. Esse quadro é resultado direto da política dos governantes de substituição de professores efetivos por contratados temporários.

Os 12 mil professores temporários são jogados de escola em escola, enfrentando jornadas exaustivas, longos deslocamentos, aumento de custos pessoais e nenhuma segurança no emprego. Os contratos temporários são um verdadeiro mecanismo de exploração: não garantem direitos básicos, impõem salários mais

baixos que os dos efetivos — mesmo para quem exerce a mesma função — e ignoram a qualificação profissional. Professores com pós-graduação recebem como graduados. Além disso, vivem sob constante ameaça de demissão, o que abre espaço para perseguições, assédio moral e controle político dentro das escolas. Tal é a situação da categoria sob os governos do PT e aliados!

Diante dessa situação, a oferta de 2 mil vagas no novo concurso é um escárnio contra os trabalhadores em educação. O POR tem lutado há anos pela efetivação de todos os trabalhadores em educação, uma vez que o concurso feito para substituir trabalhadores já lotados em sala de aula, implica, necessariamente em demissão. A burocracia sindical da APEOC, comprometida com a sustentação do governo, sequer tem denunciado o quantitativo irrisório de vagas, assim como recusado a mobilização a categoria para acabar com a precarização dos contratos de trabalho.

A Corrente Proletária na Educação/POR, denuncia o governo Elmano como inimigo da educação e levanta a bandeira de Efetivação imediata de todos os professores temporários! Chega de contratos precários! Para trabalho igual, salário e direitos iguais!

Campanha Salarial - Servidores Municipais de São Sebastião / SP

SÓ UM DIA DE GREVE NÃO BASTA!

Aprovar a greve por tempo indeterminado para garantir o atendimento das reivindicações!

Os trabalhadores municipais de São Sebastião aprovaram na última assembleia, realizada no dia 17/3, uma paralisação no dia 10/4, como forma de obrigar o Prefeito Reinaldo a atender às reivindicações da categoria, cuja pauta foi definida em assembleias, tendo como principal item o reajuste salarial de 20% e que a tabela de vencimentos inicial tenha como base dois salários mínimos federais. A pauta foi protocolada pelo Sindserv no dia 2/3 e não houve resposta até o presente momento.

No ofício, o sindicato destacou que “os servidores não receberam reajuste em 2025, o que intensificou a corrosão inflacionária dos vencimentos e impactou diretamente o poder de compra e a qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente diante do alto custo de vida na cidade com a inflação que está acumulada desde maio de 2024”.

Além do reajuste, os servidores reivindicam que o Vale-alimentação seja extensivo a todos os níveis salariais (atualmente pagos só até a referência 5), calculado proporcionalmente à carga horária trabalhada e que sejam estendidos aos aposentados, que quaisquer complementos, gratificações, abonos etc, sejam incorporados ao salário-base e mantidos durante aposentadoria.

Diante do descaso e da intransigência patronal, a Corrente Proletária na Educação do Litoral Norte / SP – POR defende a imediata aprovação da greve por tempo indeterminado em todos os locais de trabalho, para impor o atendimento de nossas reivindicações. Não podemos deixar que aconteça o que aconteceu no ano passado, onde o Prefeito se aproveitou da proposta aprovada em assembleia de “vamos aceitar o que foi oferecido e continuar a campanha” e outras vacilações para impor sua proposta de reajuste zero. Paralisação geral dia 10/4!

São Paulo

Propostas da Corrente Proletária defendidas na assembleia dos trabalhadores de educação de 9 de abril

Decretar a greve por tempo indeterminado!

Unidade do funcionalismo para derrotar a política privatista de Nunes! Chega de divisionismo!

A assembleia do dia 9 de abril tem uma importante tarefa: decretar a greve dos trabalhadores em educação por tempo indeterminado, até que nossas reivindicações sejam atendidas pelo governo ultradireitista e reacionário de Ricardo Nunes. Essa é uma decisão importante da categoria, pois há muitos motivos para que os trabalhadores entrem em greve:

1. Nossa campanha de reajuste salarial não pode terminar com os 2,55% determinados pelo governo no final da greve de 2025. Esse índice é insuficiente para corrigir as perdas salariais dos últimos anos. Nosso piso salarial é inferior ao piso do DIEESE, que é de R\$ 7.164,94 (fevereiro/26). O governo tem aplicado uma política de abono complementar nas referências iniciais da carreira, o que não incide sobre os quinquênios e a sexta parte. Além disso, o risco da transformação dos salários em subsídios ainda não foi totalmente afastado.

2. Em 2025, a Câmara dos Vereadores votou a Lei 18.221, que nada mais é que uma minirreforma administrativa que retira direitos dos trabalhadores e achata seus salários. Os professores readaptados, que se encontram afastados das salas de aula e trabalhando nas unidades escolares, foram proibidos de manter a JEIF, tendo seu salário reduzido em mais de 30%. E os professores e professoras que precisam de tratamento médico de longa duração também perdem parte de seu salário.

3. No final de 2025, foi votado no Congresso Nacional o descongelamento dos dias trabalhados durante a pandemia. A prefeitura de São Paulo, em rodada de mesas de negociação, prometeu aos sindicatos que pagaria parte do descongelamento na folha de março. A promessa não durou muito. No final de março, nada de acertar as contas do dinheiro que foi surrupiado pelos governos.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

4. Durante seu governo, Ricardo Nunes tem aprofundado a privatização de escolas. Até o momento, foram entregues 3 escolas, de “porteira fechada”, à iniciativa privada. Essa tendência coloca em risco a escola pública dos trabalhadores.

5. Tanto os trabalhadores da educação do município de São Paulo, quanto os estaduais estão sob forte ataque de seus governos. Tarcísio de Freitas implantou uma verdadeira máquina de destruição da educação pública no estado de São Paulo: plataformas milionárias foram introduzidas no lugar dos professores, retirando a liberdade de cátedra; ampliou o número de escolas de período integral (PEI), que expulsa os alunos-trabalhadores e elimina o ensino noturno; fechou salas, turnos e a EJA; mantém o arrocho salarial, substituindo-o por bonificações de resultado; implantou a escola cívico-militar em algumas unidades da rede de ensino. Ricardo Nunes não é diferente, comunga da mesma cartilha autoritária e privatista de Tarcísio: impôs a minirreforma administrativa com a Lei 18.221, privatizou escolas, arrocha o salário com índices miseráveis de reajuste e abonos.

6. Os trabalhadores da rede estadual de ensino e da rede municipal de ensino têm as mesmas reivindicações de fim do arrocho salarial, manutenção de direitos históricos, fim do autoritarismo e das privatizações. Por isso, os estaduais estão em greve nos dias 9 e 10 de abril e os municipais devem iniciar sua greve por tempo indeterminado a partir do dia 9.

A Corrente Proletária na Educação defende a unidade grevista do funcionalismo público estadual e municipal. Também rechaça o divisionismo das burocracias sindicais, divididas entre o Fórum e a Coeduc. A base dos trabalhadores em educação não está dividida no chão da escola. Exige a unidade na prática e na ação para derrubar a intransigência do governo e conquistar suas reivindicações. Defende, ainda, que a única forma de garantir a vitória é através do método da ação direta (greve, manifestações de rua, piquetes etc). Chega de mesas de enrolação! Organizar a greve por tempo indeterminado!

São Paulo

Plenária para eleição de delegados

Balanco da eleição de delegados ao 6º Congresso da CSP-Conlutas (Apeosp e Sinpeem)

Ocorreu, no dia 28 de março, a eleição de delegados da Apeosp e do Sinpeem ao 6º Congresso da CSP-Conlutas. O encontro se deu de forma unificada, com trabalhadores das duas redes de ensino (estadual e municipal da capital). O formato escolhido, apesar da discordância da Corrente Proletária, foi o híbrido, de maneira que puderam participar mais de 200 pessoas ao todo, contando os que estiveram no presencial e no virtual.

A Corrente Proletária/POR interveio defendendo as suas resoluções, inscritas para o Congresso, com um panfleto contendo a síntese de suas posições programáticas e com a sua banca de materiais de propaganda, conseguindo eleger dois delegados pelos estaduais e um pelos municipais.

Apresentaram-se oito teses/resoluções: da Corrente Proletária/POR, MRT, Reviravolta/PSTU, MPR, Combate-CST, Luta Educadora/LSR, OSL e MFRS. A maioria coube ao MRT, superando inclusive o setor majoritário dentro da central como um todo, que é o PSTU. A participação virtual provocou uma distorção nos números: o MRT, por exemplo, contou com 79 votos on-line de estaduais, contra 39 do Reviravolta (as duas maiores forças políticas); no presencial, a diferença caía substancialmente: 27 para o MRT, 25 para o PSTU. Há tempos que o POR vem criticando esse desvio. Nesse caso concreto da eleição de delegados, os valores foram inflados artificialmente por algumas correntes. No movimento real, contudo, a correlação de forças com o governo e a burguesia depende da mobilização nos locais de trabalho e estudo, nos bairros e do combate nas ruas.

Do ponto de vista do conteúdo, prevaleceu a linha centrista da maioria das correntes, que combinam a defesa da luta nas ruas, da independência de classe e da democracia sindical com a defesa de uma variante eleitoral do reformismo, principalmente com a consigna da “frente de esquerda” – o que significa, na prática, se submeter à via institucional da democracia burguesa, algo muito distinto da intervenção dos revolucionários, que admite o uso tático da tribuna eleitoral, mas para defender o programa estratégico da revolução, do socialismo e da ditadura do proletariado, ou seja, para combater as falsas esperanças das massas no Estado capitalista, e não para semear ainda mais ilusões.

A Corrente Proletária se contrapôs à política centrista da maioria, defendendo a necessidade de ligar a luta pelas reivindicações elementares dos explorados ao combate anticapitalista e anti-imperialista. O que implica defender a unidade das massas em defesa dos empregos, salários e direitos, convocando um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua. Diante das inúmeras ações do imperialismo contra as semicolônias, com o recrudescimento das tendências bélicas e o fortalecimento das forças políticas de ultradireita, o POR tem defendido a constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, com o seu programa e seus métodos históricos de luta. É com essa linha, defendida no encontro dos trabalhadores em Educação em São Paulo, que a Corrente Proletária participará do 6º Congresso.

LANÇAMENTO

R\$10

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Corrente Proletária
Funcionários de escola

Funcionários de escola e a política de independência de classe



Manifestação em novembro de 2021 contra governo Dória, na Praça da Sé



FORÇA DA REVOLUÇÃO E DO SOCIALISMO
MASSAS

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Manifestação do Dia da Terra Palestina em São Paulo



A manifestação convocada em razão do Dia da Terra Palestina, 30 de março, aconteceu no dia 29 na praça Oswaldo Cruz, na Av. Paulista. Contou com cerca de 300 pessoas, um número muito abaixo do necessário, dado a gravidade da situação no Oriente Médio. A composição social foi de integrantes da comunidade árabe e militantes dos partidos de esquerda. Apenas alguns poucos representantes de sindicatos compareceram, como do Sindicato dos jornalistas e da CSP-Conlutas. Verificou-se que não houve empenho em trazer os trabalhadores organizados a partir de seus locais de trabalho, para fortalecer a manifestação.

A proposta inicial era de marchar pela Av. Paulista, mas com a demora em começar a atividade (mais de uma hora depois do previsto), a marcha ficou inviabilizada e as intervenções ocorreram todas na praça. O POR esteve presente com seu manifesto, suas bandeiras, sua banca de material onde apresentamos o novo livro do partido, “Crise mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos”. Alguns livros foram adquiridos por participantes do ato, indicando disposição de uma parte da vanguarda em conhecer as elaborações do POR. O partido também realizou uma intervenção no carro de som, expressando a necessidade de fortalecer o movimento em nosso próprio país para prestar a solidariedade ativa aos povos oprimidos no Oriente Médio.

De maneira geral, a manifestação serviu para fazer a denúncia dos crimes dos EUA e Israel no Oriente Médio. Não faltaram condenações aos ataques do imperialismo ao Irã, que no dia anterior completaram 1 mês. Foi importante discutir com a vanguarda, através do manifesto e da intervenção, que as ações do imperialismo no atual período não são expressão de excentricidade individual de Trump e seus asseclas, mas sim a forma necessária para a burguesia imperialista diante do avanço da China e da perda de posições econômicas, geográficas e militares do imperialismo. É por isso que o atual processo de impeachment contra Trump tem pouca chance de avançar.

Apesar do papel de denúncia, a manifestação ficou aquém do potencial que existe no Brasil e em São Paulo, para responder aos ataques do imperialismo no mundo todo. A responsabilidade recai inteiramente nas costas das direções políticas, sindicais e sociais, que estão colocando seus esforços no processo eleitoral, secundarizando a luta de classes.

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Levantar o movimento massivo, nas ruas, contra as guerras desfechadas pelos EUA

Organizar a frente única anti-imperialista!

Fora EUA do Oriente Médio!

As manifestações convocadas para esse dia 29 de março marcam duas datas importantes: um mês da ofensiva dos EUA e Israel contra o Irã (28/03) e o Dia da Terra Palestina (30/03), data história que marca a ofensiva de Israel sobre um amplo território palestino, na região da Galileia, em 30 de março de 1976. Mais do que nunca, é necessário transformar este dia em uma poderosa demonstração de solidariedade internacionalista e combate anti-imperialista. O aprofundamento da guerra no Oriente Médio envolvendo o Irã contrasta com o refluxo das grandes mobilizações de massas que, em outros momentos, levantaram milhões contra a barbárie.

A crise capitalista impulsiona as tendências bélicas em todo o mundo, tendências essas dirigidas pelo imperialismo em sua tentativa de restabelecer a hegemonia conquistada no pós Segunda Guerra Mundial. Com o processo de restauração capitalista na China, iniciado nos anos 70, e sua emersão como uma potência econômica mundial, capaz de rivalizar com os Estados Unidos, foi necessária uma reorientação estratégica da burguesia internacio-

nal para tentar modificar o curso dos acontecimentos da ordem internacional. As múltiplas frentes de guerra que estão colocadas neste momento fazem parte, em maior ou menor grau, dessa orientação estratégica. É sintomático que a própria OTAN, em 2022, tenha reavaliado sua estratégia para se orientar em direção à Ásia, ou seja, à China.

Os EUA seguem sendo o fator determinante da crise internacional. Sua ofensiva econômica contra a China está organicamente vinculada ao impulso às guerras regionais, às sanções, aos cercos militares e à liquidação física de milhares de pessoas. A política levada adiante por Trump expressa não uma excentricidade individual, mas as necessidades materiais de uma fração da burguesia imperialista diante do declínio da economia norte-americana. Os impactos das suas múltiplas ofensivas são sentidos no mundo todo, como se pode verificar atualmente na elevação dos preços dos combustíveis, o que tem afetado os preços de diversas mercadorias. Trump é o representante político necessário para essa bur-

guesia diante do avanço da crise capitalista e da emergência da forte concorrência chinesa.

Na Palestina, essa ofensiva assume a forma brutal do genocídio colonial sionista. Os sionistas jamais ocultaram seu objetivo central: expulsar o povo palestino, anexar integralmente seu território e inviabilizar sua autodeterminação nacional. Esse projeto colonial, sustentado militar, econômica e politicamente pelos Estados Unidos e pelas potências europeias, converteu Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém em laboratórios permanentes de terror militar.

O massacre do povo palestino, porém, é parte de um plano mais amplo de dominação imperialista do Oriente Médio, região estratégica por suas imensas riquezas materiais e por sua posição geopolítica. Nesse sentido, os ataques ao Irã representam um salto qualitativo nessa ofensiva. Depois das agressões iniciadas em 2025, o imperialismo avançou até as últimas consequências, tentando neutralizar a principal potência regional capaz de resistir ao domínio direto dos EUA e de Israel.

A nova ofensiva americana-israelense lançada em 27 de março, com bombardeios sobre bairros residenciais de Teerã e ataques à cidade de Urmia, demonstra o caráter farsesco das supostas “negociações de paz”. O que se sabe oficialmente é que os EUA apresentaram uma proposta de 15 pontos até agora não respondida pelo Irã. A proposta absurda tem por objetivo desarmar e neutralizar o Irã. Entre os pontos estão: o comprometimento de nunca buscar desenvolvimento de armas nucleares; a limitação no alcance e no número de mísseis iranianos; a desativação das usinas de enriquecimento de urânio de Natanz, Isfahan e Fordow; o fim do financiamento a grupos aliados na região, como Hamas e Hezbollah; a criação de uma zona marítima livre no Estreito de Ormuz. Por sua vez, o Irã tem apresentado, ainda que informalmente, pontos para aceitar o fim da guerra, são eles: completa interrupção das “agressões e assassinatos”; estabelecimento de mecanismos concretos para garantir que a guerra contra o Irã não seja retomada; pagamento garantido e claramente definido de indenizações e reparações de guerra; condição de que a guerra seja encerrada em todas as frentes e para todos os grupos apoiados pelo Irã na região (o que exigiria o fim dos ataques de Israel ao Líbano). Como se vê, são propostas antagônicas.

O centro mais explosivo do conflito está hoje no Estreito de Ormuz, por onde transita cerca de 20% do petróleo e do gás natural liquefeito consumidos no planeta, especialmente na Ásia (China 38%), Europa e América. O bloqueio imposto pelo Irã aos países agressores já elevou drasticamente o preço do barril, com impactos

imediatos sobre combustíveis, transporte e mercadorias em escala mundial. A guerra, portanto, não é um problema distante: ela recai diretamente sobre as massas trabalhadoras do mundo inteiro. É bom destacar que grande parte dos aumentos é de responsabilidade da especulação financeira. O capital financeiro lucra com a barbárie.

Ao mesmo tempo, os lucros da indústria bélica imperialista avultaram. O fluxo global de armamentos cresceu ainda mais no último período, com destaque para os Estados Unidos e as potências europeias. Cada bomba lançada sobre Teerã, Gaza, Beirute etc. significa bilhões transferidos aos monopólios armamentistas.

A entrada dos houthis do Iêmen em ações diretas contra alvos israelenses, em resposta aos ataques ao Irã, ao Líbano, ao Iraque e à Palestina, indica a possibilidade da guerra entrar em novas fronteiras. Cabe às massas do mundo toda a tarefa de impedir que a burguesia imperialista siga ditando o curso da escalada bélica e da guerra.

O refluxo das grandes manifestações contra as ações do imperialismo certamente tem um componente ideológico de responsabilidade da mídia burguesa. As campanhas sujas de culpabilização do Irã, a proteção aos agressores, EUA e Israel, a campanha contra o regime dos Aiatolás através dos costumes impostos impedem que parte do proletariado se levante contra os ataques do imperialismo. O fator determinante, no entanto, continua sendo a crise de direção. O domínio dos sindicatos e movimentos sociais por correntes ligadas ao nacional-reformismo aqui na América Latina tem sido um bloqueio à classe operária para que não se levante por suas próprias reivindicações e contra as guerras de dominação.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe continua sendo a de superar essas direções conciliadoras, que só trabalham sobre a base dos cálculos eleitorais, opostos à ação direta coletiva das massas. A melhor forma de apoiar o povo persa, libanês e palestino nesse momento é levantando o movimento em nosso próprio país. A solidariedade ativa, com as massas nas ruas, com os métodos próprios de luta da classe operária, sob a orientação estratégica da revolução proletária, é o caminho para a vitória. A frente única anti-imperialista é a forma que a luta das massas oprimidas deve tomar.

*Viva a luta dos povos oprimidos por sua autodeterminação!
Por uma frente única anti-imperialista!
Fora Estados Unidos do Oriente Médio!*

Debate sobre Guerra, Imperialismo e o Papel da América Latina hoje

No dia 17 de março, foi realizado um debate no Bar Super 8, um espaço dedicado ao cinema, com a participação de Soraia, do POR; Pedro, vice-presidente estadual do PT; e Jones Manoel, então do PCBR. A organização do evento foi feita pelo coletivo Josué de Castro. A maior parte do público manteve-se concentrada e participante. A atividade foi iniciada com a exibição de um curta metragem e, depois, passou-se para os convidados. Destacaremos alguns trechos da fala da militante do POR (em itálico) retirando as expressões de oralidade. E trazemos um pouco do conteúdo dos outros participantes e público.

A palavra “imperialismo” foi sendo retirada do vocabulário nas últimas décadas, até mesmo das esquerdas, sendo trocada por palavras mais “suaves” como globalização. Mas, é impossível analisar a realidade sem tratar deste fenômeno que é o imperialismo.

Lembrando que não é algo conjuntural. Quando se fala de imperialismo, trata-se da fase do capitalismo que estamos vivendo, desde os fins do século XIX e início do século XX. É a fase das guerras, das revoluções e das contrarrevoluções. Há muito mais contrarrevoluções do que revoluções, mas essa é a fase que, ao mesmo tempo, é de decadência do capitalismo e de possibilidade das revoluções.

O capitalismo não tem mais nada de progressivo a oferecer à humanidade. Estamos em pleno colapso ambiental, provocado pelo modo de produção capitalista; estamos no auge da desigual-



dade, em que doze pessoas têm a mesma riqueza que metade da humanidade, um grau de concentração absurdo; e estamos vivendo os riscos de uma conflagração nuclear.

Não temos de nos opor a todas as guerras, com uma perspectiva pacifista, mas sim às guerras de dominação. As guerras de libertação dos povos devem ser defendidas. O horror das guerras não deve nos levar a uma perspectiva pacifista, pois mesmo quando não há uma guerra acontecendo, o capitalismo depende da violência para se manter: contra os povos, contra as mulheres, contra a natureza. Este sistema precisa se manter na base da violência.

Nas primeiras décadas do século XX, abriram-se processos de revoluções, inclusive vitoriosas, como a Revolução Russa de 1917. Porém, nas últimas décadas têm predominado as contrarrevoluções restauracionistas do capitalismo. A partilha do mundo que foi feita no fim da Segunda Guerra Mundial está esgotada e as guerras em curso apontam para uma nova partilha. Do ponto de vista do imperialismo estadunidense, implica destruir qualquer resquício que tenha ficado dos processos revolucionários, da transição ao socialismo, na Rússia, China e até em Cuba. A Guerra de Israel contra a Palestina tem a ver com a partilha do mundo. Não por acaso, o Estado de Israel foi criado em 1948, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, como um enclave do imperialismo inglês e depois estadunidense.

O capitalismo já teve a sua fase de avanços nas forças produtivas e grandes reformas, como as reformas agrárias. A regra, agora, são as contrarreformas. É fundamental retomar uma perspectiva revolucionária. Por mais que as reformas não sejam mais viáveis, elas continuam a ser defendidas. Em breve teremos mais um período eleitoral e serão semeadas muitas ilusões de que por meio das eleições a vida do povo poderá melhorar. A tendência mais geral do sistema, porém, é do avanço das contrarreformas. O que se tem é uma polarização cada vez mais à direita com tendências fascistas que se desenvolvem com base nos desdobramentos da crise econômica de 2008.

Ao falar de imperialismo e de controle de recursos, é importante entender que a principal forma como o imperialismo se manifesta aqui no Brasil, nesse momento, é pelo controle da nossa economia. Ainda não estamos vivendo uma guerra declarada, embora Trump já tenha colocado na sua doutrina de segurança nacional que o Brasil pode ser um alvo. Estão considerando os grupos do narcotráfico como terroristas para justificar uma invasão quando eles acharem conveniente. Nossa economia já está nas mãos do capital financeiro monopolista. Metade do orçamento da União é entregue para o sistema da dívida. Entregar metade das riquezas do Brasil para o capital estrangeiro por meio do sistema da dívida é uma violência porque leva a restringir recursos para a saúde, a educação e para que o povo possa usufruir dessa riqueza produzida.

Mas nem tudo são ataques, os povos também resistem e lutam, seja nas greves que ocorreram na Europa, a greve geral que aconteceu na Bolívia contra o governo de extrema direita que está governando agora, a greve geral na Argentina enfrentando a contrarreforma trabalhista que o Milei está fazendo e as resistências em nosso território. Uma das mais recentes, foi a dos povos indígenas

contra a privatização dos rios, que mostrou que não basta acreditar na palavra dos políticos e dos governos, é necessário recorrer aos métodos da ação direta coletiva.

Eu milito em uma organização que é o Partido Operário Revolucionário. Temos feito uma campanha em torno da necessidade dos movimentos, partidos, sindicatos, centrais sindicais e organizações estudantis erguerem uma frente única anti-imperialista. Precisamos nos preparar e manifestar de forma concreta a nossa solidariedade a todos os povos que estão sendo atingidos pelo imperialismo: Irã, Venezuela, Palestina, Sudão, Congo e Cuba, que está vivendo um embargo criminoso. Só vamos conseguir efetividade nas várias iniciativas em curso, se conseguirmos unificar esses esforços. Estamos vivendo um retrocesso histórico. Até a década de 1940, ainda existia uma Internacional, um partido mundial que coordenava ações em vários países ao mesmo tempo. Hoje, por mais que haja muitas lutas e muitas resistências, não existe esta organização unitária. Do ponto de vista nacional, colocamos a importância de erguer uma frente única anti-imperialista com base nas nossas reivindicações: a luta pelo fim da jornada 6x1; por terra aos camponeses, contra o latifúndio; contra a privatização do metrô e da água; por empregos, salários e direitos.

Há também a necessidade de recuperar o terreno perdido do ponto de vista organizativo, da nossa organização política, de voltar não só a falar do imperialismo, mas do internacionalismo proletário, da necessidade das revoluções. Essa é a única perspectiva de a gente ter um futuro como humanidade e não ser extinto numa conflagração nuclear, em um colapso ambiental ou pela extrema miséria e desigualdade que a gente tem vivenciado.

Pedro (vice-presidente do PT-PE) fez uma exposição que pouco expressou a linha de seu partido e do governo. Traçou um panorama histórico sobre os povos persa e árabes desde a Idade Média, passando pelos governos nacionalistas e a Revolução de 1979 no Irã. Ao tratar do expansionismo israelense, a serviço dos planos de dominação do imperialismo no Oriente Médio, caracterizou a solução dos dois Estados como uma fantasia e exaltou a capacidade de resistência do Irã (seja com seus mísseis, mas também pelo controle do Estreito de Ormuz), posições que se chocam com as declarações do governo Lula.

Jones partiu da ideia de que a luta anti-imperialista deveria ser um tema de massas “em termos de melhora imediata das condições de vida do nosso povo”. Exemplificou com a questão do petróleo, mostrando como a guerra dos EUA e Israel contra o Irã provocou a alta no preço dos combustíveis, apesar de o Brasil ser autossuficiente em volume de petróleo, mas não em refino.

No debate do público, foram feitas muitas questões e comentários por integrantes da Aliança Palestina, militantes de organizações políticas, movimentos feministas, e independentes trazendo temas como: o direito à bomba nuclear, o papel da juventude na luta anti-imperialista, a crise política nos EUA, o combate ao discurso de que os países islâmicos oprimem mulheres e LGBTs como motivo para não defender os povos do Oriente Médio, autodeterminação dos povos, lutas camponesas em Pernambuco, crise climática e desenvolvimento, contra o pacifismo, fim da escala 6x1, “guerra às drogas”, e a necessidade de se organizar fora das redes sociais. Uma integrante do movimento feminista avaliou que a cooptação por discursos neoliberais e imperialistas leva os movimentos a desconsiderarem o impacto das guerras na vida das mulheres, sendo necessário compreender que “todas as lutas são uma luta”. Uma pessoa do público questionou para Jones sobre a contradição de se filiar a um partido “um tanto quanto reformista”.

Reproduzimos o conteúdo da fala final do POR:

Colocar-se contra ação do imperialismo não significa concordar integralmente com os governos e os regimes. Os problemas no Irã, Venezuela ou Cuba quem tem de resolver é o seu próprio povo. O imperialismo ao se retirar de um país nunca o deixa em

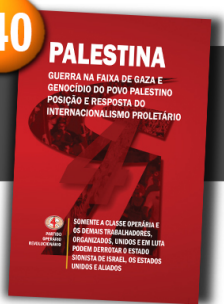
LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

uma situação melhor do que encontrou. É preciso desmascarar o imperialismo, mostrar que o que o move no Oriente Médio é o interesse se apropriar do petróleo. Trump confessa isso.

Sobre a questão das opressões, quem são os Estados Unidos para falar sobre isso? Só na década de 1960 permitiu que os negros votassem. Israel se apresenta como a única democracia do Oriente Médio e lá existe um regime de apartheid, não há igualdade entre judeus e árabes. É tão farsesco. Eles propagandeiam materiais com as soldadas israelenses salvando as mulheres iranianas. Isso é tão hipócrita, que a primeira ação deles foi bombardear uma escola e matar mais de cento e cinquenta meninas que estavam estudando. É claro que temos de aprender a comunicar melhor, mas o problema não é de "narrativa", mas sim de organização. As igrejas estão ali nos bairros, propagando as ideias sionistas. Precisamos superar os nossos problemas organizativos para poder ter esse enraizamento.

Defendemos a soberania nacional e a defesa do controle nacional dos recursos naturais. Mas, é importante saber que o nacionalismo é uma corrente de pensamento tipicamente burguesa. Temos de distinguir o nacionalismo dos países oprimidos que estão se opondo à opressão nacional daquele nacionalismo dos países opressores, de conteúdo imperialista. Ao longo da história, vimos o fracasso do nacionalismo várias vezes por conta da impotência da burguesia nacional nos países semicoloniais, subordinados ao imperialismo. Não há uma burguesia nacionalista que irá fazer reforma agrária ou desenvolver mercado interno. A linha nacionalista acredita que vai surgir uma ala progressista da burguesia, que vai se juntar com o povo.

Na América Latina, tivemos várias experiências nesse sentido. No Peru, o partido nacionalista que era o APRA virou o partido mais neoliberal e entreguista. Na Argentina, o peronismo virou também um partido entreguista com Menem. É preciso confiar na unidade dos oprimidos. Pode ser que, na luta anti-imperialista, ocasionalmente tenha frente com a classe dominante nacional, mas isso é cada vez mais improvável, porque as classes dominantes preferem ser submissas ao poder de fora do que se juntar com o povo para defender as riquezas naturais e a soberania. Temos de estar em alerta com a promessa de que o país vai conquistar a soberania por vias diplomáticas. Lula disputa com Bolsonaro a "amizade" de Trump, mas na hora de negociar, a primeira coisa que entrou na mesa foram as terras raras.

A diplomacia pode muito pouco. Na Venezuela, por mais que o chavismo falasse que não iria se submeter ao imperialismo, acabou sendo chantageado, ameaçado e agora os Estados Unidos conseguem ditar que a Venezuela não pode exportar o seu petróleo para Cuba. Uma reivindicação fundamental de soberania no Brasil, inclusive, é poder vender petróleo para quem quiser e até mesmo doar petróleo. Hoje, o Brasil não entrega petróleo a Cuba por causa do embargo que está sufocando o povo cubano e preparando a destruição de Cuba. Trump já falou que depois do Irã, o alvo é Cuba.

Como unificar as lutas? Não há receita, mas é muito importante ver que, por mais que haja manifestações particulares da exploração e da opressão, que recaem de forma diferente sobre a população negra, mulheres etc., precisamos identificar as raízes comuns.

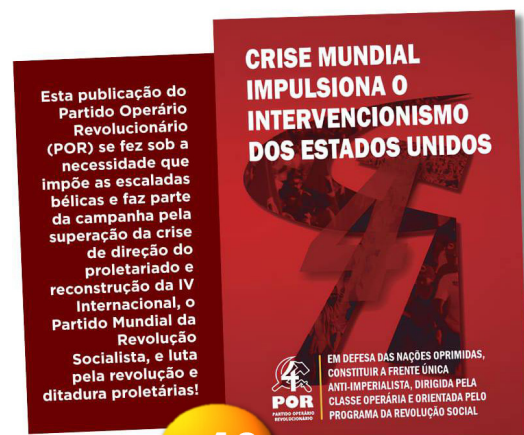
Se escavarmos bem fundo, encontramos o regime de exploração, a propriedade privada dos meios de produção. Temos de ter nossos planos de como transformar a propriedade privada em propriedade social. Não tem outro caminho que não seja o revolucionário. Qualquer ideia de que vai ser pelos caminhos eleitorais, institucionais, vai só levar a mais ilusão e desilusão. A desilusão com as promessas que são feitas de resolver os problemas pela institucionalidade é o solo de onde brotam as sementes da extrema direita. Foi da desilusão com a socialdemocracia alemã, que foi traíndo o povo e trocando a estratégia revolucionária pelas reformas, que o nazismo capitalizou nas condições de insatisfação social.

Nossa unidade não tem de ser uma unidade eleitoral em torno de candidato a ou b. Até mesmo para enfrentar a extrema direita, o terreno não é o institucional, é o da organização coletiva, da defesa das reivindicações. O POR faz muito trabalho de porta de fábrica, distribui boletins e, muitas vezes, o trabalhador está abandonado diante do fechamento de fábricas e outros ataques, como na fábrica da Kibon aqui em Pernambuco. O trabalhador se revolta contra o próprio sindicato, pois a direção vai lá chamar para votar, mas não aparece para defender o emprego, o salário. O terreno das redes sociais ou institucional não é prioritário, em alguns momentos pode servir como complementar, para impulsionar a luta. Os indígenas do Pará mostraram que é a partir das massas em movimento, com os métodos de ação direta coletiva, que é possível desmascarar as traições e não ficar na posição passiva de escolher o próximo candidato. A alternativa de poder que precisamos é a da classe proletária, a unidade operária e camponesa.

Me pediram para indicar um livro, recomendo muito que leiam diretamente Lênin sobre o imperialismo. Vocês vão ver ali a atualidade dessa obra. Convido a conhecer os materiais da banca do Partido Operário Revolucionário, com folhetos e livros. Um último recado, participem da plenária do Comitê de Solidariedade à Palestina, no dia 29/03, é um momento de reorganização do comitê, vimos a necessidade constituir um comitê anti-imperialista. Imagino que todos vocês que vieram aqui numa terça à noite para discutir imperialismo e guerra não têm o interesse só de saber, devem ter o interesse de agir.

Link para assistir ao debate: <https://www.instagram.com/p/DWAplIBDU7h/>

LANÇAMENTO!



R\$40

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$30

Abraham Leon

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



POR | PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO:
(11) 95446-2020
@massas.por





Nesta edição:

Irã: Um mês de guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã;

Argentina: O imperialismo está provocando uma catástrofe mundial; 24 de março, 50 anos após o golpe genocida, uma extraordinária jornada de luta unitária;

Declaração LCI: Cuidado: o cessar-fogo dos EUA é uma cilada!;

Bolívia: A morte do mas e o retrocesso político do proletariado na luta de classes permitiram o surgimento da ultradireita neoliberal; A crise política da classe dominante se aprofunda;

Chile: Governo fascista de José Antonio Kast em apuros com a classe operária e os oprimidos do país

Assimilando o socialismo científico - Materialismo histórico.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Um mês de guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã

Viva a resistência da nação oprimida!

Apoio incondicional ao Irã!

*Organizar a frente única anti-imperialista,
sob a política e a estratégia do proletariado*

3 de abril de 2026

No dia 28 de março, completou um mês dos bombardeios dos Estados Unidos e Israel sobre o Irã. O fato mais importante está em que o Estado e o povo iraniano têm conseguido resistir aos ataques maciços e diários das forças aéreas e navais do imperialismo norte-americano e do colonialismo sionista.

Trump estava certo que em pouco tempo seu poderio bélico imporia a rendição dos iranianos. Contava com a derrocada da República islâmica, quebra do governo teocrático, divisão da população e participação dos curdos em favor dos invasores. Entrava em seus cálculos, o levante de 28 de dezembro a 11 de janeiro, de uma parcela dos iranianos contra a orientação econômica do governo. Tinha certeza de que as monarquias árabes do Golfo se uniriam imediatamente na guerra contra o Irã. Aproveitou o momento de isolamento e enfraquecimento do Irã, que já não poderia contar com os aliados na Síria e que pouca ajuda militar viria do Líbano, Iêmen e Iraque, cujos aliados sentiram o peso da mão e ferro de Israel. A limitada contraofensiva do Estado islâmico aos bombardeios de 22 de junho de 2025, pela operação "Martelo da Meia Noite", deu a falsa avaliação de incapacidade de resistência à declarada guerra.

O ataque de 28 de fevereiro foi exitoso no objetivo de assassinar Ali Khamenei, Líder Supremo do Irã, e importantes membros do governo. Nesse mesmo bombardeio, mísseis norte-americanos atingiram uma escola matando 168 crianças e uma dezena de professores. Esses dois acontecimentos evidenciaram a prepotência dos Estados Unidos e Israel. Indicaram que a maior potência des-



fechou a guerra desconhecendo as monarquias do Oriente Médio e a União Europeia.

De fato, a potencialidade militar do Irã é infinitamente menor do que a de seus agressores. Não tem como reagir ao domínio do espaço aéreo, que está sendo utilizado livremente pela aviação dos Estados Unidos e Israel. Um enfrentamento de forças terrestres é o último recurso do plano norte-americano.

O mundo assiste, assim, a utilização da total capacidade aérea para

destruir bases militares, usinas nucleares, infraestrutura econômica e localidades urbanas essenciais (hospitais, escolas, instituições científicas etc.). Pouquíssimas, portanto, têm sido as baixas de soldados norte-americanos. E, altíssima, a mortandade de civis iranianos. É o que ocorre com a destruição da Faixa de Gaza e com a devastação do sul do Líbano, agora mais ainda com a retomada da invasão territorial pelas Forças de Defesa da Israel e a decisão de anexar a região.

O imperialismo procura se impor valendo-se da alta tecnologia da indústria militar. O Irã surpreendeu seus inimigos com os drones e os mísseis balísticos, que estão anos luz distantes do armamento poderosamente destrutivo dos Estados Unidos. A manutenção da estrutura estatal e governamental permitiu-lhe utilizar da vantagem geoeconômica. O imperialismo não teve como destruir a capacidade de controle do Estreito de Ormuz pelo Irã. O seu bloqueio inevitavelmente iria causar a crise do petróleo. Esse objetivo estabelecido pelos estrategistas iranianos ganhou, final-

mente, uma dimensão extraordinária. A guerra rapidamente se refletiu em todo o Oriente Médio e de lá em todos os continentes. O Irã não apenas manteve e mantém o bloqueio do Estreito de Ormuz, como também criou dificuldades às monarquias petrolíferas do Golfo Pérsico, atingindo refinarias e oleodutos.

O cuidado de governos adversários do Irã, como os da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Catar e Kuwait, em não se envolverem diretamente na guerra tem a ver não só pelo fato de ampliar o poderio de Israel no Oriente Médio, como também pela condenação das massas árabes à guerra e o receio de que poderão se levantar contra as monarquias servis aos Estados Unidos. O melhor para esses governantes é manter os explorados e oprimidos à margem da guerra. Um choque de tal magnitude que vem estremecendo o Oriente Médio pode movimentar as massas que poderão se insurgir contra a prepotência dos Estados Unidos, os objetivos colonialistas do Estado sionista de Israel e o servilismo das feudais burguesias árabes.

As divisões nacionais são criações dos exploradores capitalistas, bem como os antagonismos religiosos entre sunitas e xiitas. O imperialismo tem interesse em alimentar tais separações para exercer seu domínio e cultivar a subserviência econômica dos monarcas. A guerra de dominação desperta instintivamente nas massas exploradas o ódio ao imperialismo e a necessidade de defender a nação oprimida. A mobilização massiva no interior do Irã tem sido importante para a resistência do país.

Apesar da prepotência norte-americana, que chegou ao ponto de destruir uma escola com seus estudantes e professores, o horror não gestou ainda uma onda de mobilização mundial como a que se levantou contra o genocídio na Faixa de Gaza. No entanto, a passividade não significa concordância das massas com a barbárie perpetrada pelos Estados Unidos e Israel. A não resposta da classe operária e dos demais explorados é a expressão mais profunda da crise de direção revolucionária.

Há que assinalar o aprofundamento da crise política no seio da sociedade estadunidense. Segundo informação, 60% dos americanos são contrários à guerra. Somente a aversão não é maior porque o número de soldados americanos mortos é ínfimo. É bem provável, porém, que memória da catástrofe da guerra do Vietnã ainda permanece viva. As manifestações “No Kings” (sem reis) de 28 de março, um mês da guerra, organizadas desde os Estados Unidos chegaram a se refletir em certos países da Europa, como Espanha, Holanda e Itália. O fato da terceira manifestação levar milhões de norte-americanos às ruas em todo o país demonstrou as tendências latentes no seio das massas de reagirem à guerra e, em especial, à política geral de Trump de colocar os Estados Unidos em vários conflitos no terreno da guerra comercial e do combate à imigração. As brutais medidas internas e externas têm sido tomadas à despeito do Congresso norte-americano e de suas leis, o que motivou a bandeira “No Kings”.

O êxito obtido com o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, logo perdeu expressão diante da resistência do Irã à “Operação Fúria Épica”. A divisão interna ao Estado norte-americano se encarregou de alimentar a desconfiança da burguesia imperialista europeia, que fez as contas e viu que terá de partilhar o custos da guerra desfechada unilateralmente pelos Estados Unidos. As discordâncias em torno à guerra na Ucrânia já havia minado a aliança montada pelo governo de Joe Biden. Trump armou um curso para sua finalização às costas da União Europeia e do Reino Unido. A exigência de que a OTAN fosse financiada em grande parte pelos europeus havia colocado nas mãos do imperialismo europeu a responsabilidade de impulsionar a escalada militar no velho continente voltada à preparação de uma possível guerra com a Rússia. O governo republicano deixou transparente a estratégia da Casa Branca de recrudescer a guerra comercial com a China e colocar no horizonte uma confrontação militar.

O controle das reservas petrolíferas é uma das condições sensíveis dessa arremetida mundial dos Estados Unidos em busca de

obstáculos à expansão econômica da China. O objetivo de derrubar a República islâmica se deve ao nacionalismo persa que tem assegurado a independência do país petrolífero. Ocorre que a Europa está pagando caro pela energia desde o início da guerra da Ucrânia em 22 de fevereiro de 2022. Enquanto Trump advoga a “reindustrialização” dos Estados Unidos, a União Europeia se ressentida do retrocesso industrial. A China continua firme como maior produtora e exportadora de manufaturas. Essa contradição típica da economia mundial da época imperialista põe à luz do dia o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção.

É nesse terreno que a União Europeia se negou a colocar a OTAN como instrumento de guerra de Trump para desbloquear o Estreito de Ormuz. A Inglaterra se mostrou oscilante. Até o momento, não tomou a iniciativa de seguir os desígnios dos Estados Unidos. Tudo indica que fracassou a reunião de 2 de abril, promovida pelo 1º Ministro britânico, Keir Starmer, com 40 países para apoiar o pedido de Trump.

Os Estados Unidos se acham pressionados pelo agravamento da crise mundial. Terão de decidir se vão recorrer à operação terrestre ou encontrar um termo de acordo com o Irã que permita pôr fim à guerra. Em particular, a América Latina se ressentida do aumento dos preços do petróleo e dos fertilizantes. No Brasil, o governo Lula se acha premido pelas distribuidoras, se viu obrigado a subsidiar o preço do combustível e negociar com as empresas de transporte uma forma de evitar manifestações. Lula reconheceu o fracasso da 10ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), realizada em 21 de março, na Colômbia. Defrontou-se com a oposição da maioria dos países em emitir uma declaração de defesa de Cuba. A sombra da arregimentação de Trump da maior parte dos países latino-americanos que compareceram na reunião da Flórida, em 7 de março, sob a bandeira de “Escudo da América”, envolveu a Celac e a emudeceu.

Trump necessita de uma vitória no Oriente Médio para arrefecer a crise interna nos Estados Unidos e manter o avanço sobre a América Latina. No centro da crise mundial, se encontra a rota de colisão dos Estados Unidos com a China. O problema está em que uma derrota do imperialismo e do sionismo no Oriente Médio depende de levantes da classe operária e da maioria oprimida.

A resistência do Irã mostra cruamente a necessidade de se erguer um massivo movimento anti-imperialista, organizado desde a classe operária. A constituição da frente única anti-imperialista nos países oprimidos e a frente única proletária nos países opressores é a condição para combater o curso da barbárie claramente traçado pela ofensiva mundial dos Estados Unidos em defesa de sua dominação imperialista.

Historicamente, a classe operária tem seu programa e métodos de luta consubstanciados nas experiências das revoluções sociais. A vanguarda com consciência de classe está posta diante da tarefa de organizar a luta anti-imperialista sob a estratégia da revolução proletária.

Operários, trabalhadores urbanos, camponeses e juventude oprimida, levantemos o movimentos anti-imperialista em defesa do Irã, Venezuela, Cuba e demais nações oprimidas!

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Argentina

O imperialismo está provocando uma catástrofe mundial

É preciso parar isso! Os oprimidos do mundo inteiro devem levantar-se em defesa da soberania nacional, dirigida pela classe operária

A guerra entre os EUA e Israel contra o Irã é o fato determinante da situação política mundial, um mês de guerra das forças armadas mais poderosas do mundo com Israel, seu poderoso enclave armado até os dentes contra o Irã. Contra um país atrasado que não se submete, que não reconhece qualquer autoridade externa, que defende tenazmente sua soberania, que mantém o petróleo nacionalizado e que resiste fortemente aos ataques.

Dos os degraus do avião ou de uma elegante mesa, Trump anunciou que assassinou o líder supremo do Irã, depois que assassinou o líder mais influente, depois este ou aquele oficial, que já estão derrotados e que ele vai chutá-los no chão, que lançou mais de 13.000 ataques e os destruiu, que o Irã já não tem aviação, nem marinha, que já está se rendendo e pedindo um acordo, mas que os Estados Unidos continuarão a bombardeá-lo, que lhes daria uma trégua, que a operação que duraria alguns dias pode levar semanas, que enviarão mais 10.000 fuzileiros, que o invadirá por terra, que já foi derrotado, que não têm mais mísseis, e que ninguém quer assumir o papel de novo líder do Irã...

Um mês de barbárie total, assassinando milhares, destruindo cidades, fábricas, navios, refinarias. Para apoderar-se do seu petróleo, impedir que continue chegando à China, impedir que seu desenvolvimento nuclear continue, dobrar sua vontade de resistir e de conter o expansionismo sionista na região.

Os EUA buscam impor sua hegemonia pela força, combinando pressão com tarifas em sua guerra comercial, com pressão financeira e militar, pretende ditar violenta e unilateralmente uma nova ordem, pisoteando a soberania de todos os países, até mesmo de seus parceiros mais próximos.

Está mostrando, no entanto, toda sua fraqueza e vulnerabilidade, está ficando isolado, não está alcançando qualquer apoio nesta guerra. Em 50 estados, em 3.300 manifestações, mais de 8 milhões de pessoas realizaram a maior mobilização da história dos Estados Unidos, contra a brutal perseguição aos imigrantes e contra essa guerra que acelera a inflação e os problemas de sua economia. Uma guerra que está custando uma fortuna e que não se sabe quando nem como vai terminar.

Uma guerra que causa caos econômico global, com maior inflação e recessão, com o preço do barril de petróleo que ultrapassa 115 dólares, quase o dobro do de um mês atrás, com escassez e aumento dos preços da gasolina, com a escassez de fertilizantes e seu impacto na produção de alimentos, com países que precisam reduzir o horário de trabalho e restringir o uso de energia porque estão à beira do colapso.

Os EUA tiveram de suspender as sanções ao petróleo russo para tentar conter a alta do preço. Há duas semanas anunciou que fará um acordo para acabar com a guerra, que “já acabou”, para acalmar os mercados que já não acreditam nele. Acreditou que talvez a incursão contra o Irã seria um atropelo fácil, como sequestrar Maduro na Venezuela, que foi um ataque terrorista, uma provocação militar e política real contra a América Latina.

Esta é a política imperialista dos Estados Unidos: busca dominar todas as rotas de navegação, manter a Groenlândia, ocupar o Canal do Panamá, controlar o porto de Ushuaia, controlar o Estreito de Ormuz, Sudeste Asiático, bloquear as rotas marítimas para a China, dominar a produção de petróleo e gás, e também de terras raras, (...) e condicionar a China. Assim, o imperialismo pressiona desesperadamente as empresas a retornarem ou se estabelecerem em território norte-americano; rompe todos os acordos internacionais, rompe todas as regras que ele mesmo impôs no passado, rompe com agências das Nações Unidas; declara abertamente que quer mudar a maioria dos governos europeus; pressiona para impor seus presidentes na América Latina, ameaça a México, Canadá, Brasil e Colômbia e estrangula ao extremo Cuba para fazê-la se render, após seis décadas de bloqueio criminoso, para impor todas as suas condições.

Não é Israel que está arrastando os EUA para esta guerra, são os EUA que traçaram esse caminho belicista há muito tempo, e apropriar-se do Irã faz parte de seus planos. Os EUA deram apoio fundamental ao genocídio do povo palestino, para anexar completamente seus territórios

O Irã tornou-se forte ao atacar o ponto fraco do imperialismo, em sua economia, em sua energia, ao fechar a travessia de Ormuz. E também destruindo bases militares dos EUA em países vizinhos, anulando sua capacidade de intervir. Países que não respondem ao Irã porque seu povo é simpático à sua luta, e qualquer ataque pode terminar em uma rebelião contra eles. O Irã mostrou que podia alcançar a poderosa frota norte-americana e danificá-la, foi capaz de perfurar a “cúpula de ferro” de Israel em diversas ocasiões, causando grandes danos materiais. O poderoso porta-aviões Gerald Ford precisou ser levado ao Mediterrâneo para reparos; relata-se que o Lincoln também foi atingido. O Irã conseguiu atingir os sistemas de radar. A “invencibilidade” de seus sistemas militares foi questionada, gastando mísseis que lhes custaram milhões de dólares para deter drones, que custam apenas algumas dezenas de milhares.

O mais importante é que os oprimidos de todo o mundo se rebelam contra o imperialismo, contra seu saqueio, suas violações de soberania, seus bloqueios, contra as guerras, que a classe operária possa liderar essas lutas para pôr fim à dominação imperialista, que em sua agonia impõe destruição extraordinária e está pronta para fazer qualquer coisa antes de aceitar sua decadência. Os governos nacional-reformistas demonstraram todas as suas limitações e covardia para defender os países atacados, para enfrentar o imperialismo.

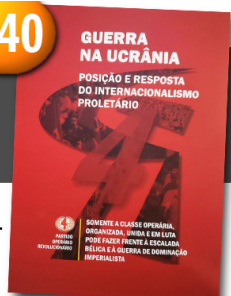
É necessário lutar para estabelecer a frente única anti-imperialista em nossos países, para defender o Irã e seu direito ao desenvolvimento nuclear e decidir sobre seu governo; defender a

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Revolução Cubana, defender a Venezuela exigindo o retorno de Maduro e sua esposa; defender o povo palestino que continua sendo massacrado; e também, em defesa própria, ignorando a dívida externa, defendendo nossos recursos, nossos rios, nossos portos. Devemos expulsar o imperialismo para conquistar nossa soberania nacional. Não queremos mais o FMI, a Embaixada e um punhado de multinacionais para governar.

Nesse terrível quadro, Milei se comporta como um fantoche no comando de uma colônia, participando irresponsavelmente dos ataques contra o Irã e apoiando a guerra imperialista. Está pela

abertura da Argentina ao saque, embora destrua a economia, impulsione o desemprego e aumente a pobreza com a derrubada do poder de compra da maioria.

Até quando? Até que os oprimidos digam chega! e acabem com a ditadura civil de Milei, por meio dos métodos históricos da classe operária e com seu próprio programa político se coloque na direção da frente única anti-imperialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 500, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Abaixo publicamos uma nota da Liga Comunista Internacional (LCI), Suplemento Spartaquista, com a qual o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional vem discutindo a tarefa de superar a crise de direção. Tem sido importante o acordo quanto à defesa incondicional da nação oprimida e a constituição da frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária e a estratégia da revolução social. É obrigatório analisar as relações de força na guerra desfechada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, de forma a apoiar com todos os meios disponíveis a resistência da nação oprimida. As experiências mostram que é por meio da luta de classes que o imperialismo pode ser derrotado. A campanha pela organização da frente única anti-imperialista se baseia nessa premissa do marxismo-leninismo-trotskismo

Cuidado: o cessar-fogo dos EUA é uma cilada!

No momento de escrever esta nota, o cessar-fogo entre os EUA e o Irã é instável e pode desmoronar a qualquer momento. Aconteça o que acontecer, estas são algumas considerações fundamentais para os anti-imperialistas.

O cessar-fogo é claramente uma tentativa dos EUA de enganar o Irã. É um conjunto de promessas vagas para negociações futuras, cujo verdadeiro objetivo é permitir que os EUA e Israel se reorganizem e se rearmem justamente quando começavam a sentir pressão real. Este cessar-fogo também poderá sacrificar o Hezbollah e deixá-lo sozinho na luta contra o Estado sionista, o que seria uma traição total. Aqueles que desejam a derrota dos EUA e de Israel devem deixar claro que não podemos apoiar um cessar-fogo sem concessões reais e significativas dos EUA.

Trump declarou que o plano de paz de dez pontos do Irã poderia ser a base para as negociações. A implementação desses dez pontos — que incluem o levantamento de todas as sanções, o pagamento de reparações, o controle do Irã sobre o Estreito de Ormuz e a retirada de todas as forças americanas do Oriente Médio — seria, de fato, uma grande vitória para o Irã. Mas só um tonto acreditaria na palavra de Trump. Esse “acordo” apenas faz promessas vagas para futuras negociações, exigindo que o Irã pare de lutar e reabra o estreito. É uma cilada! Devemos exigir: Não ao cessar-fogo até que esses dez pontos sejam implementados! Não ao cessar-fogo enquanto Israel bombardeia o Líbano!

Assim que o cessar-fogo foi anunciado, muitos anti-imperialis-

tas, apoiadores da Palestina e socialistas proclamaram vitória. Isso é grotesco. Como a situação está em constante mudança e tensões se desenvolvem dentro da resistência em torno desse cessar-fogo, é ainda mais importante que os socialistas permaneçam firmes e lutem contra as tendências que querem conciliar com os EUA. Comemorar uma grande “vitória” só ajuda a ala da resistência iraniana que quer parar os combates e engolir as mentiras de Trump, que é exatamente o que Israel e os EUA querem. Para os anti-imperialistas no Ocidente, onde a tarefa é organizar a luta contra essa guerra imperialista, falar em “vitória” só leva à passividade.

Três semanas atrás, alertamos sobre o risco do que agora está se colocando. Escrevíamos:

“Se... [O Irã] concorda com um acordo novamente quando convier aos EUA, provavelmente veremos apenas uma pausa até a próxima rodada de ataques. Além disso, nesse cenário, os danos que o Irã terá causado certamente empalidecerá em comparação com o impacto devastador e de longo prazo da campanha de bombardeios sobre a sociedade iraniana. Portanto, muito depende da capacidade e determinação do IRGC de prosseguir e escalar o conflito.”

— “Guerra no Irã: O Imperialismo dos EUA Não Deve Ser Subestimado,” suplemento Spartacist, 20 de março

A vontade de parar a guerra em troca de promessas vagas mostra uma capitulação aos Estados Unidos: há que resistir!

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Argentina

24 de março, 50 anos após o golpe genocida, uma extraordinária jornada de luta unitária

Foi uma jornada de luta contra o governo de Milei, que reivindicava expressamente a ditadura genocida e sua política econômica. Permitiu expressar a rejeição massiva a suas políticas fascizantes, de empobrecimento e saque do país. Rejeição exposta em inúmeras atividades prévias e posteriores.

A marcha teve um claro conteúdo político contra o regime, expôs a vontade de lutar, como foi demonstrado nas consignas e cânticos.

Foi extraordinária a massividade da marcha até a Plaza de Mayo e em todas as cidades que ocorreram manifestações. Mais de um milhão de pessoas em Buenos Aires, com todo o centro ocupado por várias horas, precedido por um dia anterior de vigília.

Sindicatos, agrupações sindicais, partidos políticos, centros estudantis, universidades, centros culturais, organizações de direitos humanos, todo tipo de organização social, famílias e um grande número de pessoas que participaram pela primeira vez em um quadro de unidade, sem incidentes.

O documento lido, do Encontro Memória, Verdade e Justiça, refletia os aspectos centrais da luta. Reproduzíamos alguns parágrafos porque a maioria não chegou a ouvir ou conhecer: reivindica os 30.000 companheiros detidos e desaparecidos; sua militância em correntes militantes que propunham uma transformação libertadora do país;

- destaca que “os operários, junto com os trabalhadores do campo, lutavam por condições de trabalho justas, salários dignos e acesso à terra. Ao mesmo tempo, amplos setores do movimento operário retomavam as tradições históricas de luta e avançavam em sua consciência de classe, elaboravam programas políticos e governamentais que iam além de meras demandas corporativas. Exemplos disso são o sindicalismo pela libertação nacional promovido pela CGT dos argentinos, bem como as experiências clasistas dos sindicatos e coordenadoras nos cordões industriais das grandes cidades. O movimento estudantil impulsionava a unidade com a classe trabalhadora...;”

- indica que o terrorismo de Estado começou antes de 24 de março: a ditadura genocida teve como prelúdio o governo de Isabel Perón, com López Rega e a Tríplice A, a CNU e outros bandos fascistas; o ensaio de genocídio da Operação Independência” ...;

- mostra que o golpe genocida foi necessário para impor as políticas do capital financeiro: “instaurou na Argentina um novo modelo econômico baseado na valorização financeira do capital, na desindustrialização e na primarização da economia, acompanhada de uma abertura indiscriminada das importações.

- aponta que fazia parte da política internacional de imperialismo, o Plano Condor;

- denuncia a responsabilidade civil do golpe, junto com os grupos empresariais que o dirigiram e se beneficiaram dele: “Esse golpe genocida foi cívico-militar, com a participação de grupos econômicos, setores da Igreja e da embaixada dos EUA. Há 49 anos, Rodolfo Walsh divulgou sua Carta Aberta à Junta Militar e denunciou a miséria planejada, o verdadeiro coração do projeto da ditadura. Sabemos quem se beneficiou com o sangue do povo: os Blaquier, os Nobres Herrera, os Companys Pérez, os Roccas,

as famílias Macris, os Fords, Mercedes Benzes, Martínez de Hoz, Braun, Fortabats, os Madanes Quintanilla, entre outros, que aumentaram exponencialmente a dívida externa.”

- denuncia que nas “Malvinas os militares cometeram crimes contra a humanidade, contra os recrutas que sim enfrentaram o inimigo inglês apoiado pelos Estados Unidos.”

- diz que “A impunidade foi política do Estado por décadas: foi a luta inabalável das Mães, Avós, Familiares, sobreviventes, H.I.J.O.S., organizações de direitos humanos junto a mobilização popular e a rebelião de 2001, e a condenação social à impunidade, que permitiu avançar e reabrir os julgamentos dos genocidas, nos quais foram decisivos os testemunhos dos ex-detentos desaparecidos.”

- afirma que “Foram as lutas do povo que derrotaram repetidas vezes as sucessivas tentativas de impunidade, como a lei de auto-anistia militar, as leis de Obediência Devida e Ponto Final, os Indultos de Menem e a decisão da Corte sobre o “2x1” no governo Macri.”

- assinala que “O governo de La Libertad Avanza aprofunda a dependência a Trump e ao imperialismo norte-americano. Ataca os direitos populares e obedece aos mandatos do FMI com uma reforma trabalhista escravista, votada pelas forças oficialistas e aliadas. Para isso, contaram com o apoio imprescindível de deputados e senadores que respondem aos governadores que aplicam o ajuste. A isso se somam outras contrarreformas, como a reforma da previdência, tributária, políticas e penal, enquanto entregam bens comuns como butim do mais feroz extrativismo. Estas reformas significam recuar mais de um século em direitos conquistados por meio de lutas: o dia de oito horas, o direito a uma aposentadoria digna, saúde e educação públicas. Avançam pisoteando a Constituição Nacional, tratados internacionais e leis protetivas.”

O que não disse o documento de Memória, Verdade e Justiça

Não condenou explicitamente a democracia burguesa, que também foi gestada pelo imperialismo e criou uma falsa ilusão; omite deliberadamente que a repressão e organização da Tríplice A começou sob ordens diretas de Perón e não após sua morte, como alguns gostariam que acreditássemos. Não defendeu que só pode haver Justiça para nossos 30.000 companheiros, quando expulsarmos o imperialismo, expropriarmos as multinacionais que controlam setores vitais da economia, os latifundiários, os grandes capitalistas, todos manchados de sangue pelo golpe e por todas as repressões e golpes do passado. Só haverá justiça quando a classe operária e a maioria oprimida conquistar o poder e expulsar a ultraminoria que o detém desde 1976 até hoje.

Mas essa é nossa responsabilidade, é nossa política, a política da classe operária. Claro que seria um grande passo caso se adotasse essa perspectiva. Mas não é apropriado desqualificar o valor desse documento, que está claramente localizado no terreno dos oprimidos, de sua luta, de suas reivindicações e tem um claro conteúdo anti-imperialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Todas as políticas que buscavam alguma divisão foram derrotadas nas ruas, querendo convocar “duas marchas”, depois com “uma marcha, mas dois documentos”, procurando justificar que haveria uma proposta política superadora. Os militantes dos grupos políticos que foram confundidos por várias semanas com essas manobras devem pensar criticamente sobre o papel de suas direções.

A mídia teve de refletir por muitas horas sobre a magnitude da

marcha, não havia como esconder isso. Sua repercussão foi muito além do que se avaliava.

A toda essa energia e a toda essa vitalidade que inundaram as ruas nestes dias, devemos ajudar a direcioná-las para a luta decisiva para acabar com a ditadura civil de Milei o quanto antes.

(Extraído do Jornal Massas, nº 500, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolívia

A morte do MAS e o retrocesso político do proletariado na luta de classes permitiram o surgimento da ultradireita neoliberal

O fenômeno político do Movimento ao Socialismo surgiu da rebelião das massas empobrecidas contra o entreguismo dos governos neoliberais da burguesia branca.

Após o golpe preventivo da ditadura de Banzer, que interrompeu o processo revolucionário da Assembleia Popular, veio o retrocesso político da vanguarda operária, o abandono do objetivo do governo operário-camponês em favor da abordagem reformista do desenvolvimento da democracia burguesa formal.

A rebelião popular que expulsou Sánchez de Lozada do governo acabou catapultando eleitoralmente Evo Morales, um camponês indígena, que aparece como o redentor de 500 anos de humilhação e exploração das grandes maiorias indígenas pela classe dominante brancoide. O problema da opressão nacional ganha preeminência sobre a luta de classes.

Somente o POR apontou que o “irmão Evo”, os indigenistas e a “esquerda” reformista pró-burguesa - que fanaticamente cercavam ao caudilho presidente, declaradamente respeitoso da grande propriedade privada sobre os grandes meios de produção e também da exploração de nossos recursos naturais pelo capital financeiro imperialista - estavam condenados a desenvolver uma política pró-burguesa e pró-imperialista e que o MAS acabaria afundado na corrupção da política burguesa.

A previsão porista foi totalmente confirmada. No entanto, as massas e o proletariado, ainda ausentes com suas próprias políticas nas lutas populares, ainda não conseguiram superar o democratismo burguês. O descontentamento popular se traduz no “voto de punição” para o MAS e na escolha do “mal menor” entre as opções de direita.

O fracasso do MAS preparou o caminho para o retorno da ultradireita neoliberal ao governo, proclamando aos quatro ventos o dogma de que o desenvolvimento vem de mãos dadas com o investimento privado no âmbito da regulação da economia por oferta e demanda, sem “obstáculos” regulatórios estatais. Abrir o país para investimento estrangeiro (multinacionais) e para a exploração de recursos naturais, bem como considerar sempre a empresa estatal como ineficiente etc., é próprio do dogma neoliberal de submissão ao imperialismo.

A oligarquia agroindustrial do leste, descaradamente especializada em negociatas para enriquecer-se, controla o governo. Consolidou seu poder por meio do controle das exportações primárias (soja, carne), intermediação financeira e forte influência política, utilizando locais e comitês cívicos para proteger seus interesses econômicos e conseguir leis favoráveis ao agronegócio.

O novo governo estreou com a negociação da importação da gasolina, diesel e petróleo bruto superfaturado. Rodrigo Paz pretende convencer que é vítima de sabotagem pelo governo anterior e que agora inventaram uma historietinha sobre a existência de grupos de caminhoneiros criminosos que atuam no Chile, descarregando parte da gasolina em algum momento do caminho e substituindo-a por água e óleo sujo. Água e óleo não se misturam. Além disso, teriam de quebrar os lacres. Há um boicote do próprio governo contra o YPFB para justificar a importação e distribuição de combustíveis por empresários privados e, finalmente, privatizar o YPFB. Além disso, há o acobertamento do tráfico de maconha líquida (“marijuana ICE”), enviada por via aérea dos EUA para a Bolívia (nas narco-malas e pela TAB) em trânsito para mercados internacionais.

Verifica-se, assim, o total descrédito do governo e o esgotamento político do evismo que agora pretende ressurgir como “Evo Pueblo”, protegido em seu reduto do Chapare.

O problema da opressão nacional não foi resolvido e certamente será expresso de várias formas. Mas a ilusão de que a presença indígena, seja a de Evo ou de outra pessoa, no aparato governamental é o caminho da libertação, isso não poderá mais voltar a acontecer. Não só o MAS, mas também o evismo estão politicamente esgotados. O futuro deles é se mover cada vez mais para a direita, imersos na política burguesa corrupta.

O que agora corresponde é a luta em torno a respostas revolucionárias às reivindicações concretas de classe, no interior das massas populares oprimidas, em sua maioria indígenas; dos camponeses, trabalhadores, sindicatos, artesãos etc., apontando que a libertação nacional passa pela revolução social.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2875, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

ADQUIRA 

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Bolívia

A crise política da classe dominante se aprofunda

A necessidade de erguer as bandeiras da política revolucionária do proletariado é imperiosa para recuperar a economia nacional das mãos dos interesses privados e imperialistas e de sua política neoliberal
Fora as multinacionais do país e fora a burguesia entreguista do poder
Governo operário-camponês e classes médias empobrecidas

O resultado das últimas eleições subnacionais mostra uma abstenção significativa, apesar de ser obrigatória. Somado a isso, um imponente voto nulo e branco, principalmente no oeste do país, fez com que os “vencedores” obtivessem apenas entre 15 e 25 por cento dos ELEITORES HABILITADOS. “Vencedores minoritários”, sem legitimidade. A população está enojada dos oportunistas eleitoreiros que compraram e alugaram siglas de agrupamentos cidadãos para assaltar os cofres de governos e municípios, evidenciando que o sistema de partidos políticos e de eleições está numa profunda crise de representatividade. Não existe ilusão, credibilidade ou esperança nas instituições democráticas burguesas; e se vão votar, é para escolher o “mal menor” e evitar outro “pior”, como aconteceu com a vitória de Paz-Lara, para impedir que o filhote de Banzer, Tuto Quiroga, assuma a presidência do país. Erros repetidos, todos são maus, inimigos do povo trabalhador.

Rodrigo Paz, com apenas cinco meses de governo ruim, já sofre de desgaste prematuro e enorme impopularidade devido aos casos das 32 narco-malas, compra da gasolina “lixo” por um preço superfaturado, maconha líquida enviada dos EUA, notas série B e o aumento desesperador do custo de vida. Fatos concretos da corrupção típica da política burguesa, a manifesta inépcia e incapacidade para resolver problemas, seu extremo servilismo incondicional ao

governo norte-americano, aos investidores estrangeiros, à oligarquia agroindustrial do Leste e as cooperativas de ouro. Percebe-se num futuro próximo, diante do agravamento da crise econômica, que os trabalhadores das cidades e do campo retornarão às mobilizações para enfrentar o governo entreguista. Essa situação se agravará devido a um novo aumento nos preços dos combustíveis como consequências da guerra dos EUA contra o Irã.

As massas não encontram nos políticos tradicionais (de direita ou reformistas pró-burgueses) e nas suas instituições democrático-burguesas, como os poderes executivo, legislativo e judiciário, uma saída para a solução de seus problemas cotidianos, então o descontentamento e a raiva se acumulam contra esse governo empresarial e seus parlamentares de direita.

A ação direta, como método histórico de luta das massas, tende a se impor desde abaixo, desde a planície, forçando seus dirigentes a se radicalizarem. A resposta revolucionária do proletariado demora em ser abraçada pelas bases trabalhadoras, este é o maior obstáculo para a luta das massas. A COB e a FSTMB estão submersas em uma crise de identidade política de classe, perderam o norte ideológico estratégico da luta pela revolução e a instauração do socialismo na Bolívia, presas no democratismo que deriva de concepções colaboracionistas com o inimigo de classe.

Diante do fracasso político da classe dominante, o proletariado, com sua política revolucionária, deve tomar a direção do país. A atual luta contra a implementação da economia de mercado em favor dos grandes capitais privados só pode ser vitoriosa se for combatida com a política de expulsão das multinacionais do país. Os explorados devem orientar-se a recuperar a economia boliviana, que hoje se encontra nas mãos das empresas multinacionais mineradoras no Ocidente, dos cooperativistas do ouro, dos latifundiários do Leste e da burguesia financeira, que hoje recebem os dólares produzidos pela Bolívia e os retira do país. Iniciar a luta para nacionalizar ouro, lítio, zinco, prata etc., e os latifúndios do oriente. Para a burguesia nativa e o imperialismo, somente o neoliberalismo a qualquer custo é viável, mas, para a classe operária e as nações originárias oprimidas, o que se coloca é o estatismo dirigido pelos operários desde seu próprio governo. Essas são as duas alternativas que estão colocadas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2875, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Projeto de Informe sobre a América Latina

Atualidade de questões que já em 1977 o POR debatía na esquerda:

- Caracterização marxista de país atrasado
- Crítica programática ao Juguismo e ao nacionalismo
- Assembleia Popular ou Unidade Popular?
- Atuar nas organizações de massa burocratizadas
- Intervenção revolucionária nas eleições

DOCUMENTOS

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
CENTRO CENTRAL

COMITÉ DE ORGANIZACIÓN POR LA RECONSTRUCCIÓN DE LA PP INTERNACIONAL

INTERNALES POR LA RECONSTRUCCIÓN de la TERCERA INTERNACIONAL OBRERISTA REVOLUCIONARIA LATINOAMERICANA

OLETIN INTERNO Nº 2

PROYECTO de INFORME sobre AMERICA LATINA

Presentado por el compañero GUILLEMO LORA

Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina

2ª edición

Partido Operário Revolucionário

MASSAS

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO

Chile

Governo fascista de José Antonio Kast em apuros com a classe operária e os oprimidos do país

Todos os governos burgueses, para administrar o regime e sustentar a barbárie, precisam implementar seus planos por meio da força bruta, usando a polícia e as forças armadas. Isto é determinado pelas contradições inerentes ao capitalismo entre burguesia e proletariado, agravadas pela decadência do regime burguês.

Agregam aos seus gabinetes ministros, funcionários públicos, unificam suas bases na população oriundas dos setores do lumpen proletário, principalmente assentados no fanatismo evangélico; aqueles que servem de suporte popular à ideologia fascizante de seus dirigentes.

Do ponto de vista do povo e dos revolucionários, os conglomerados políticos que afirmam ser da direita ou de esquerda são identificados como iguais do ponto de vista de classe, cuja diferença entre eles está em que disputam os empréstimos oferecidos pela burguesia nacional e imperialista.

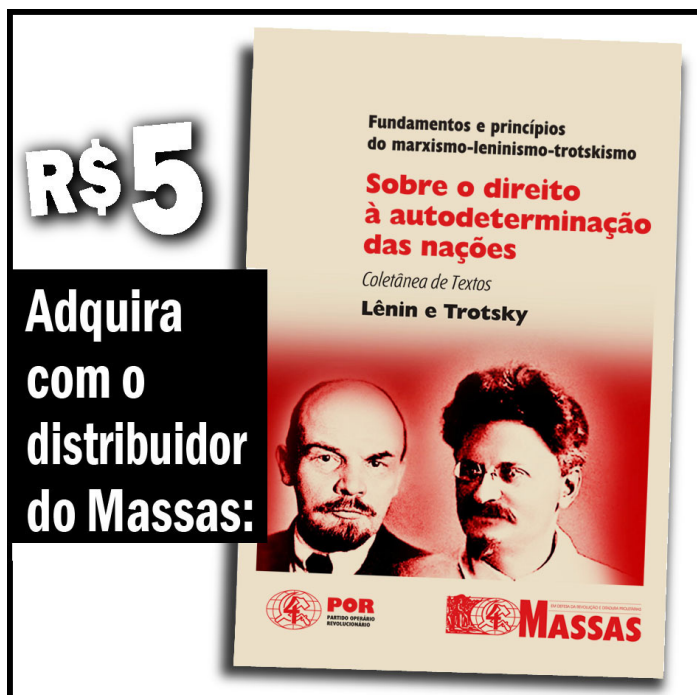
O governo de Kast, em menos de um mês, perdeu milhares de seus eleitores que confiaram nas mentiras lançadas em sua habilidosa campanha eleitoral. Campanha essa baseada na promessa de melhorar os pilares econômicos e a segurança, de aumentar a produção e o trabalho, e de implementar uma “nova” fórmula para a economia e a produção, para gerar mais empregos e melhores salários, e, assim, acabar com o crime. A realidade é muito diferente do prometido, os crimes se multiplicaram ao longo desse primeiro período, mas, Kast reduziu os impostos dos grandes capitais e diminuiu o pagamento do IVA. Já à população

consumidora de alimentos e usuária do transporte público, aumentou o valor da passagem, depois três incrementos elevações. Os fretes do transporte aumentaram quatro vezes, além da alta porcentagem que o Estado arrecada por décadas. Os que pagam esse aumento são os usuários, não as transportadoras ou os comerciantes, ou seja, os produtores de bens, os trabalhadores e os oprimidos.

O governo e a atual oposição estão se confrontando sobre a candidatura de Michelle Bachelet à direção da ONU. Kast retirou o apoio do Estado de Chile à candidatura para a desacreditada organização internacional, como “Secretário-Geral das Nações Unidas”, que, segundo a candidata, foi indicada, entre outros, por Sebastián Piñera quando era presidente do país. Em princípio, o governo argumenta que foi o candidato de Gabriel Boric quem a indicou arbitrariamente, sendo fiel ao seu caráter egocêntrico, não se juntando aos critérios da oposição na época. Agora, ele acrescenta três pontos mais:

1. A guerra imperialista dos EUA e Israel contra o Irã
2. - Confronto econômico dos EUA com a China.
- 3.- Antagonismo entre o governo atual e a oposição

Apesar das diferenças entre os dois lados, a candidatura da social-democrata, Bachelet, prosseguirá seu caminho para conquistar a preciosa posição a serviço do imperialismo, assim como fez em seus dois governos anteriores, o Concertacionista e o da nova maioria. Essa candidatura é apoiada pelo México e pelo Brasil; diz-se que alguns



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo

O socialismo e a guerra

Coletânea de Textos Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

governos latino-americanos e africanos apoiariam devido ao conhecimento prévio dela como servidora na ONU.

As pesquisas e o povo comum expressam publicamente a rejeição ao governo atual, pela prepotência dos ministros da habitação, finanças, segurança, daqueles que tiveram a desfaçatez de suas ações arrogantes e violentas, incluindo ataques contra as vítimas que expuseram suas perguntas e reclamações. Principalmente contra o presidente que apoiou todos esses energúmenos, e o ódio que gerou entre as mulheres pela demissão da presidenta do órgão que atua no combate à violência contra as mulheres e a igualdade, que, apesar de estar em tratamento para o câncer, foi destituída. Aumentando o ódio das mulheres quando nomeia uma ativista evangélica fanática para o ministério das mulheres e da igualdade de gênero, que exorciza uma mulher por ter relações sexuais com seu companheiro, com argumento moralista, de ser contra o aborto em geral, ou seja, dificultará o cumprimento da lei do aborto que estabelece três situações em que se aplica: estupro, inviabilidade do feto, perigo de morte para a mulher.

O Chile, a exemplo de todos os países vassallos do mundo, deve continuar suportando o imperialismo sionista americano que prolonga eternamente a guerra contra o Irã, provocando constantemente, lançando mísseis contra os persas desde o início desta cruel guerra, assassinando centenas de meninas em escolas públicas, bombardeando universidades e escolas de ensino médio por todo o país, assassinando seus principais líderes, como Ali Khamenei e, posteriormente, algumas dezenas de importantes autoridades religiosas, militares e civis.

O Irã tem toda justificativa e direito de continuar resistindo com o lançamento de mísseis hipersônicos, o que Venezuela e Cuba não têm. Nossos países, embora estejamos longe da guerra, somos obrigados a pagar os custos dela, porque ao Sr. Kast se lhe ocorre a ideia de ir para os EUA, para submeter ainda mais o país à hegemonia do império sob as mãos do cruel assassino Donald Trump.

A resposta, mesmo sob repressão policial-militar, é realizada pelos estudantes de escolas emblemáticas e pelos mais miseráveis do país; este é o caminho que os sindicatos, partidos políticos revolucionários e toda a nação oprimida devem seguir, em uma Frente Única Anti-imperialista, conclamando à unidade latino-americana e mundial para conformar a unidade internacional da revolução proletária.

DEFENDER O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO OPERÁRIO

PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

PELA A RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL

VIVA O COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL

VIVA O GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS, LUTA TENAZ CONTRA O VOTO BURGUEZ E PELA LUTA REVOLUCIONÁRIA DE TODOS OS OPRIMIDOS DO MUNDO

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

(Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 70, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile)



LANÇAMENTO FOLHETO

Isaac Deutscher
SOBRE O HOMEM SOCIALISTA

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: **R\$ 5,00**

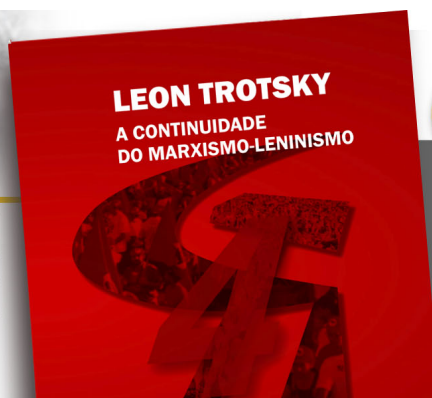
POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MSSAS

Publicado o livro:

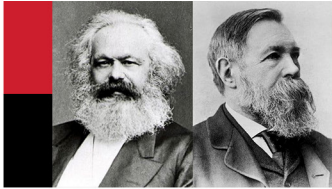
LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



▶ Assimilando o socialismo científico

Materialismo histórico

Assimilando o socialismo científico

Iniciamos neste número do Jornal Massas a exposição de concepção e conceitos do socialismo científico. Em abril de 2011 e julho de 2015, o POR realizou o seu curso de formação extraindo do Manifesto do Partido Comunista, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, da Crítica da Economia Política e da A Situação da Classe Operária na Inglaterra as principais formulações que compõem o sistema de ideias constituído por Marx e Engels. Em 2019, demos continuidade a esse trabalho publicando o folheto “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”. Nesse transcurso, outros estudos foram realizados, a exemplo dos conceitos filosóficos de idealismo, materialismo e dialética. Vimos agora a necessidade de retomar esse caminho. Começamos reproduzindo os aspectos básicos do socialismo científico, como a concepção materialista da história. Incluímos uma das formulações de Lênin que consta no livro “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”.

Socialismo científico

O socialismo moderno é, em primeiro lugar, por seu conteúdo, produto do reflexo, na consciência, de um lado, dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados, e, de outro, da anarquia que reina na produção. Por sua forma teórica, porém, o socialismo surge

de início como uma continuação, mais desenvolvida e mais consequente, dos princípios estabelecidos pelos grandes filósofos Iluministas franceses do século XVIII. Como toda nova teoria, o socialismo, embora tivesse suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias preexistentes. (p. 47).


Concepção materialista da história

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é o fundamento de qualquer regime social; de que em todas as sociedades que apareçam na história, a distribuição dos produtos, e com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de troca de seus produtos. Portanto, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as convulsões políticas não devem ser procuradas na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia do período que se analisa. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes

são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda o regime social, adaptado às condições econômicas anteriores. Isso significa, ao mesmo tempo, que nas novas relações de produção existem forçosamente - mais ou menos desenvolvidos - os meios necessários para eliminar as anomalias descobertas. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual eles existem. (p. 78)

(Extraído do livro Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Engels, Livraria Martins Fontes)

...




Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Novo
Coleção
Editorial**

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Crítica programática ao PCBR

Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Leon Trotsky

Contra o estalinismo restauracionista, em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Folheto - Vol. 3
Escritos de 1929-1930

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Marx se preocupa de uma só coisa: demonstrar por meio de investigações científicas exatas a necessidade de determinados sistemas de relações sociais e esclarecer, de modo mais acabado possível, os fatos que servem de ponto de partida e de apoio. Para este objetivo, basta-lhe plenamente demonstrar, ao mesmo tempo, a necessidade do regime atual e a necessidade de outro regime que inevitavelmente deve surgir do precedente, independentemente de os homens acreditarem ou não nisso, de terem ou não consciência disso. Marx considera o movimento social como um processo histórico natural, sujeito a leis que não só não dependem da vontade, da consciência e dos propósitos dos homens, mas que, pelo contrário, determinam sua vontade, sua consciência e seus propósitos. (...) Se o elemento consciente desempenha um papel tão subordinado na história da civilização, se sobreintende que a crítica dessa mesma civilização pode menos que nenhuma outra, basear-se em qualquer forma ou qualquer resultado da consciência.

Em outras palavras, de modo algum pode lhe servir de ponto de partida uma ideia, mas somente um fenômeno exterior, objetivo. A crítica deve consistir em comparar e confrontar um fato determinado, não com uma ideia, mas sim com outro fato; o importante é que os dois fatos

sejam em tudo possível de investigação com exatidão e que representem, um em relação ao outro em distintos momentos do desenvolvimento. O mais importante é que sejam investigados com a mesma exatidão todas as situações conhecidas, sua sucessão e o vínculo entre as diversas etapas do desenvolvimento. Marx nega por completo a ideia de que as leis da vida econômica sejam as mesmas para o passado que as do presente. Pelo contrário, cada período histórico tem suas leis. (...)

Como o propósito de Marx é investigar o ponto de vista da organização econômica capitalista, formula de um modo estritamente científico o objetivo que deve propor todo estudo exato da vida econômica. A importância científica de semelhante investigação consiste em revelar as leis particulares (históricas) que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um organismo social determinado e sua substituição por outro, por um organismo social superior.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo 1, "Quem são os 'amigos do povo' e como lutam contra os socialdemocratas", p. 177)

LANÇAMENTO LIVRO

R\$30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Novo Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por